

JULIE CRISTINE VOLKMER

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS E
OS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE:**

Uma Visão do Serviço Social

**FLORIANÓPOLIS
2002**

JULIE CRISTINE VOLKMER

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS E
OS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE:
Uma Visão do Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina – UFSC, para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Krystyna Matys Costa

**FLORIANÓPOLIS
2002**

*Defendido em:
1º/10/2002.*


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

BANCA EXAMINADORA

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título Bacharel no curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, pela comissão formada por:

PRESIDENTE DE BANCA:



PROF.^a KRYSZYNA MATYS COSTA

UFSC / Centro Sócio-Econômico / Departamento de Serviço Social

1º MEMBRO:



MIRIAM MARTINS VIEIRA DA ROSA

Assistente Social da PMF/ Programa de Atenção à Terceira Idade

2º MEMBRO:



ELIZONETE TIETJEN

Assistente Social da PMF

*Dedico este trabalho à
Teresinha, exemplo de
mulher e mãe, cujo amor,
carinho, apoio e dedicação
foram determinantes para a
sua realização!*

AGRADECIMENTOS

Nesse momento tão especial, não poderia deixar de expressar minha gratidão a todos que, de alguma forma, me acompanharam e contribuíram para que essa trajetória fosse cumprida.

Deixo o meu muito obrigada...

...Aos meus pais, Erno e Teresinha, por tudo o que sou hoje.

...Aos meus irmãos, Marcio e Marlon, pelo carinho, amizade e compreensão.

...Ao meu namorado Alexandre, por ter estado ao meu lado nas ocasiões em que mais precisei. Seu amor, confiança e tranquilidade me fortaleceram e incentivaram todos os dias de mais essa etapa da minha vida.

...Aos meus "compadres", Luis e Nena, por estarem ao meu lado sempre que precisei.

...À Ana Luíza, pelo seu carinho e afeto sincero na condição mais sublime da Vida, que é ser criança.

...A "maninha" Ana Flávia pela força, apoio e amizade durante toda a caminhada. A sua contribuição foi fundamental...

...À Amiga Alessandra, por ter sido tão "parceira" e por ter me estendido a mão nas horas em que mais precisei.

...À Miriam, por ter sido mais que supervisora, ter sido amiga e ter ensinado mais sobre a prática profissional.

...Maria Isabel, Albertina, Simone, Yda e Ana Paula, que fazem, parte da equipe técnica do Programa de Atenção à Terceira Idade, pela contribuição profissional, amizade, companheirismo e tolerância, reforçando cada vez mais sobre a importância do trabalho em equipe.

...À Prefeitura Municipal de Florianópolis pela oportunidade de realização do estágio.

...À orientadora Krystyna, pela sua sabedoria e dedicação, ajudando-me a pensar, traçar caminhos e construir idéias.

...A Simone e todos os amigos e parentes, de uma forma especial, que me acompanharam na construção deste trabalho que ora finaliza.

...E não poderia deixar de agradecer a Deus, pela oportunidade de cumprir mais essa trajetória da minha vida.

AMANHÃ PODE SER TARDE!

Ontem?... Isso faz tanto tempo!... Amanhã?... Não nos cabe saber...

Amanhã pode ser muito tarde...

Para você dizer que ama;

Para você dizer que perdoa;

Para você dizer que desculpa;

Para você dizer que quer tentar de novo;

Amanhã pode ser muito tarde... para você pedir perdão.

Para você dizer: desculpe-me, o erro foi meu!...

O seu amor, amanhã, pode já ser inútil.

O seu perdão, amanhã, pode já não ser preciso.

A sua volta, amanhã, pode já não ser esperada.

A sua carta, amanhã, pode já não ser lida.

O seu carinho, amanhã, pode já não ser mais necessário.

O seu abraço, amanhã, pode já não encontrar outros braços...

Porque amanhã pode ser muito...muito tarde!

Não deixe para amanhã para dizer: Eu amo você!

- Estou com saudades de você!

- Perdoe-me!

- Desculpe-me!

- Esta flor é para você!

- Você está tão bem!...

Não deixe para amanhã...o seu sorriso, o seu abraço, o seu carinho, o seu trabalho, o seu sonho, a sua ajuda...

Não deixe para amanhã para perguntar:

- Por que você está triste?

- O que há com você?

- Hei!... Venha cá, vamos conversar...

- Cadê o seu sorriso?

- Ainda tenho chance?

- Já percebeu que eu existo?

- Por que não começamos de novo?

- *Estou com você. Sabe que pode contar comigo?*

- Cadê os seus sonhos? Onde está a sua garra?

Lembre-se...amanhã pode ser tarde...muito tarde!

Amanhã o seu amor pode não ser preciso;

O seu carinho pode não ser mais preciso;

O seu amor pode ter encontrado outro amor!

O seu presente pode chegar muito tarde;

O seu reconhecimento pode não ser recebido com o mesmo entusiasmo!...

Procure. Vá atrás! Ínsita! Tente mais uma vez! Só hoje é definitivo!

Amanhã pode ser tarde...muito tarde!!!

LEMBRANÇA DO GRUPO DE IDOSOS RENASCER DE TIMBÓ - SC

RESUMO

O presente trabalho é o relato da experiência do serviço social junto aos idosos dos grupos de convivência Vó Itelvina da comunidade Rio Vermelho, Sempre Unidos, da comunidade da Tapera, e Esperança, da Comunidade Chico Mendes, que participam do Projeto Assessoria aos Grupos de Convivência para a Terceira Idade. No primeiro capítulo será feita uma apresentação da atual estrutura da Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – Prefeitura Municipal de Florianópolis, dos Conselhos de Políticas Públicas ligados à área da assistência social e do Programa de Atenção à Terceira Idade, com seus objetivos e ações. Em seguida, uma exposição histórica sobre o surgimento da temática da terceira idade no contexto brasileiro, conceitos de grupos como espaços de convivência e grupos voltados para a terceira idade. Finaliza-se com a atuação do serviço social nos grupos de convivência para idosos.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| RESUMO | 8 |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROJETOS NA ÁREA SOCIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS | 13 |
| 1.1 CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 34 |
| 1.2 PROGRAMA DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE | 37 |
| 2 TERCEIRA IDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO | 42 |
| 2.1 GRUPOS COMO ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA..... | 45 |
| 2.2 GRUPOS VOLTADOS PARA A TERCEIRA IDADE..... | 49 |
| 2.3 EXPERIÊNCIA COM GRUPOS DE TERCEIRA IDADE VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS | 51 |
| 2.3.1 APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS | 52 |
| 3. O SERVIÇO SOCIAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA | 59 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 69 |
| REFERÊNCIAS | 72 |
| ANEXOS | 75 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é uma exigência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

O trabalho se constitui de uma reflexão sobre a prática de estágio curricular realizada na Prefeitura Municipal de Florianópolis, no período de julho de 2001 a maio de 2002, junto ao Programa de Atenção à Terceira Idade da Divisão de Atenção Sócio-Educativa / Gerência de Assistência Social, vinculada à Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

Foi a partir da experiência obtida nos grupos de convivência: Sempre Unidos, da comunidade da Tapera; Vó Itelvina, da comunidade Rio Vermelho e Esperança, da comunidade Chico Mendes, vinculados ao Programa de Atenção à Terceira Idade, que se buscará identificar o papel do assistente social junto a esses grupos, enquanto profissional que trabalha no âmbito das reproduções sociais.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, realizar-se-á um breve resgate histórico da atual estrutura da Prefeitura Municipal de Florianópolis e Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, com seus objetivos, atribuições e compromissos na área da assistência social, por representar o comando único do município. O objetivo deste é focar, dentro desta Secretaria, as suas Gerências e Divisões, com seus Programas e Projetos,

apresentando ainda o papel dos Conselhos de Políticas Públicas ligados à área da assistência social, até chegar no Programa de Atenção à Terceira Idade.

No segundo capítulo, abordar-se-á o tema Terceira Idade, pois o envelhecimento populacional é uma realidade em nosso país, que só passou a ser tratada como questão a partir da década de 70. Logo após a contextualização acerca da terceira idade, haverá uma exposição sobre grupos como espaços de convivência, visto que o ser humano necessita viver em grupo para o seu desenvolvimento pessoal.

Ainda nesse capítulo enfatizar-se-á a respeito da importância dos grupos de convivência voltados à terceira idade, uma vez que o idoso enfrenta grandes desafios e dificuldades, como problemas físicos e psicológicos, além de ser rejeitado pela sociedade e, muitas vezes, pela própria família. É em esses grupos que ele encontra uma alternativa para a satisfação de suas necessidades afetivas, de socialização, de lazer, entre outras, evitando o isolamento social que muitos acabam sofrendo no decorrer de sua velhice.

Também abordar-se-á sobre experiência do período de estágio e a apresentação da identidade, dos objetivos, da estrutura e do funcionamento dos grupos de convivência citados anteriormente.

No terceiro capítulo, mostrar-se-á o serviço social como um processo de trabalho particular e o assistente social, como um trabalhador que se insere nas relações sociais da sociedade, como mercadoria e força de trabalho, além de apresentar-se-á a vivência obtida através dos grupos de convivência.

Tendo então contemplado todos os assuntos relativos ao tema, finaliza-se o presente Trabalho de Conclusão de Curso com as considerações finais, contendo uma avaliação do trabalho desenvolvido pelo assistente social junto aos

grupos de convivência para a terceira idade, vinculados ao Programa de Atenção à Terceira Idade.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROJETOS NA ÁREA SOCIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

A Prefeitura Municipal de Florianópolis é uma organização pública, com administração direta e caráter governamental, responsável pelo desenvolvimento do município e pelo bem estar de seus munícipes. Entende-se por organização, segundo o Dicionário Aurélio, toda instituição com objetivos definidos e que exercem funções de caráter social e político, pois "as organizações são compreendidas como sistemas de governo que variam de acordo com os princípios políticos empregados", (Morgan: 1996 p. 146), e pública, porque é destinada ao povo, à coletividade.

Quanto à natureza é terciária, pois é prestadora de serviços nas áreas da educação, saúde, turismo, obras, assistência social e eventos culturais, e quanto ao tamanho é uma organização de grande porte, pois possui aproximadamente 6.364 funcionários distribuídos em toda a sua estrutura organizacional. (Fonte: dados extraídos do último relatório da Secretaria Municipal da Administração de 2001)

É uma organização sem fins lucrativos, pois a arrecadação, que provém de impostos, é aplicada através de investimentos na administração e no desenvolvimento da cidade, retornado, portanto à população por meio de construções de postos e serviços de saúde, escolas, creches, estradas, obras diversas de serviços de assistência social, entre outros.

A estrutura organizacional da Prefeitura é composta pelo Gabinete da Prefeita; Gabinete do Planejamento; Procuradoria Geral do Município; Secretaria da Saúde; Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social; Secretaria de Finanças; Secretaria da Administração; Secretaria de Turismo; Secretaria da Educação; Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos; Fundação Municipal do Meio Ambiente; Fundação Franklin Cascaes e Fundação Municipal de Esportes.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis está localizada em zona urbana, tem como público alvo a população do município e está representada pela Prefeita Ângela Regina Heinzen Amim Helou.

No ano de 1963 foi decretada a Lei Municipal Nº 3.275, que criou a Diretoria de Assistência Social, órgão este responsável pela coordenação das medidas de Assistência Social em Florianópolis, através da prestação de serviços assistenciais por meio de aplicação de verbas orçamentais destinadas a esse fim. Essas verbas passaram a ser distribuídas nas diversas Secretarias e respectivos setores, sendo as necessidades atendidas de acordo com sua natureza e para isso, adotados diferentes critérios como a situação financeira, número de atendimentos, público alvo, entre outros.

Em 20 de novembro de 1969, através do Decreto Lei n 935, Artigo 14, foi criada a Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS), que se propunha atender aos interesses e necessidades dos munícipes, no sentido de melhorar suas condições de vida, obedecendo a assistência prestada à normas técnicas e condicionadas às aspirações da própria comunidade. Esta Secretaria tinha um Setor de Assistência Social, implantado com vistas à racionalização dos atendimentos. Preocupava-se em organizar os serviços assistenciais, utilizando-se de outros recursos institucionais da comunidade para atender às necessidades mais prementes dos servidores e, também, de outros munícipes carentes em suas

necessidades fundamentais, mesmo que essas pessoas não fossem vinculadas à Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O Setor de Assistência Social da SESAS tinha definido objetivos, que norteavam as ações, como a promoção do Bem-Estar Social e Econômico aos servidores municipais e pessoas mais necessitadas da comunidade, além de capacitar o indivíduo através do Serviço Social de casos para maior adaptação ao seu grupo de trabalho e ao contexto social onde viviam, mobilizando para isso os recursos da comunidade e visando atender às exigências das demandas.

Com a definição destes objetivos, o Setor de Assistência Social executou projetos para melhor atender às necessidades advindas da Educação, Saúde e Assistência Social, através da integração dos diversos setores da Divisão de Assistência Social, como os setores médicos, farmacêuticos, odontológico e laboratorial, principalmente nos Distritos de São João do Rio Vermelho, Pântano do Sul e Lagoa da Conceição.

Essa tentativa da racionalização do atendimento veio dar mais ênfase à existência do Setor de Triagem instalado na SESAS, que se propunha a estudar, diagnosticar e encaminhar aos recursos existentes no município.

Com o aumento significativo das demandas tanto na área da educação quanto na área da saúde e assistência social, foi criado em 27 de dezembro de 1985, através da Lei Nº 2350, na administração de Aloísio Acácio Piazza, a Secretaria Municipal de Educação (SESA), sendo esta desmembrada da SESAS.

A partir do desmembramento da antiga Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS), em 27 de dezembro de 1985, a Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social passou a ter dois Departamentos: o Departamento da Saúde e o Departamento de Desenvolvimento Social, cujo corpo

funcional passou a elaborar propostas que indicavam a criação de uma secretaria própria para a área social.

Nesta época, havia uma proposta de futura reorganização desta Secretaria, vindo a se concretizar mais tarde, com a reorganização administrativa da Secretaria as Saúde e Desenvolvimento Social e do Departamento de Desenvolvimento Social, que foi aprovada pela Câmara Municipal de Florianópolis através da Lei Nº 4800/95.

Esta proposta havia surgido devido à necessidade de adequar sua organização e estrutura para responder com maior eficiência e qualidade às novas e crescentes demandas, além de substituir nomenclaturas consideradas antigas e ultrapassadas por outras, que se relacionam mais adequadamente com o foco da área social.

A necessidade de criação de uma nova Secretaria tornou-se cada vez mais premente a partir da formação de Conselhos de Direito afins à áreas sociais, decorrentes da criação da Lei Orgânica de Assistência Social - Lei nº 8.742/93 - (LOAS), a qual introduziu um novo significado na Assistência Social, apontando para uma direção democratizada do processo, introduzindo o caráter de universalização dos direitos e definindo o fundamental papel do Estado na parceria com a sociedade civil. Ainda nos anos 90, passou a ser implantado o Fundo Municipal de Integração Social e houve a Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Nº 8.069/90.

No mesmo período, passaram a ser implantados em Florianópolis o Conselho Municipal de Assistência Social e o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social, a partir de 22 de julho de 1996, pela Lei nº 4.958/96.

Com a Constituição de 88, o Brasil passou, ainda que tardiamente, a requerer a institucionalização e regulamentação da assistência social e dos direitos sociais, retirando-os da posição residual e incerta a que sempre estiveram confinados.

Sendo assim, a Assistência Social passa a ser reconhecida como Política Social Pública, não contributiva, integrante da Seguridade Social ao lado da Saúde e Previdência Social, formando assim o tripé da Seguridade Social, trazendo a possibilidade de passar do mero assistencialismo clientelista para o campo da política social, abrindo espaço para a defesa dos interesses dos menos favorecidos, através da LOAS, assim definida conforme o capítulo I, no seu "Art. 1º

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política da seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".

A LOAS estabelece como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, entre outros (Art. 2º). As ações governamentais na área da assistência social começaram a ser realizadas com os recursos do orçamento da seguridade social e organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, além da participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis (Art. 5º ao Art. 11º).

Portanto, a partir desta Lei criam-se novas estruturas para execução, controle e deliberação na área da assistência social. São elas:

- Nível Federal: Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

- Nível Estadual: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família (SEDSF), Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS);

- Nível Municipal: Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) / Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social (SSDS) – “Comando Único”: Departamento de Desenvolvimento Social (DSS), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

A política de municipalização, nova modalidade na gestão política, que se configura com a implantação de um sistema descentralizado e participativo, e busca a inter-relação entre Estado e sociedade civil, está garantida na *Constituição Federal de 1988*. Esta política atingia as ações da área da saúde e da educação, estendeu-se também à área social. Aliou-se a esta política a extinção de alguns órgãos Federais e Estaduais de atendimento direto às populações carentes, que se obrigaram a recorrer cada vez mais aos serviços sociais oferecidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais precisamente através do Departamento de Desenvolvimento Social.

Segundo SILVA (1998, p. 36), o princípio de descentralização tem abordagens estratégicas de acordo com o projeto político. A abordagem neoliberal identifica-o como uma forma de redução do papel do Estado e dos gastos públicos, transferindo as responsabilidades à sociedade civil, justificando a retração estatal às demandas sociais a partir do argumento da escassez de recursos financeiro e conseqüente incapacidade do Estado em geri-los. É uma

diretriz do Banco Mundial no sentido de fragmentar a esfera social, privatizando as políticas e contrapondo-se à universalização dos direitos.

Por outro lado, havia a abordagem da descentralização como mecanismo de participação e construção das relações democráticas, possibilitando o retorno do poder e da autonomia à sociedade civil. Nova modalidade na gestão política, que como um contraponto à perspectiva neoliberal, configura-se com a implantação do sistema descentralizado e participativo, já garantido na Constituição Federal de 1988, quanto à organização da Seguridade Social, onde garante “a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Art. 204, inciso II)

Ainda segundo SILVA (1988, p. 37), a descentralização político-administrativa como estratégia de democratização da esfera pública está voltada para a competência estatal na manutenção dos serviços e na garantia dos direitos, introduzindo a inter-relação entre Estado e sociedade civil, com a perspectiva da participação e do controle da sociedade sobre as ações do Estado. É a descentralização no sentido de ampliação da participação popular e da democracia, onde é garantido à sociedade um espaço para formular e controlar as políticas, uma tendência que visa à reconstrução democrática via poder local.

Sendo assim, os municípios adquirem um outro papel, onde passam a assumir responsabilidades decorrentes da descentralização, assim como nos Estados e na Federação.

Com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social e a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social, o então Departamento de Desenvolvimento Social da P.M.F. passou a representar o comando único no município, na área de Assistência Social, tendo como missão: “Promover o bem-

estar social da população de Florianópolis, através da prestação de serviços de Assistência Social” e adotando como seus objetivos aqueles descritos no Plano Municipal de Assistência Social (2000 - 2001, p. 74):

- Possibilitar melhoria da qualidade de vida das famílias;
- Fortalecer as estruturas familiares que se encontram em situação de exclusão social;
- Proporcionar a garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), através de uma rede de serviços e ações articuladas entre a sociedade civil e o poder público;
- Atender e proteger crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e respectivas famílias, através de atividades sócio-educativas, físicas, desportivas, culturais e laborativas;
- Propiciar abrigo às crianças e adolescentes em situação de risco;
- Propiciar orientação, defesa e proteção de crianças e adolescentes, vítimas de fatos, situações, ações e atitudes que violem ou desrespeitem seus direitos humanos e de cidadania;
- Proporcionar à população carente do município benefícios e serviços básicos de assistência social, urbanização e habitação;
- Ampliar e melhorar a qualidade dos serviços de assistência social, através da integração das ações e fortalecimento dos trabalhos em rede;
- Atender o idoso através de atividades sócio-educativas, garantindo sua permanência na família e comunidade;
- Implementar e ampliar os trabalhos sociais diretamente em comunidades carentes, evitando a evasão dos moradores para as ruas da cidade; e
- Oportunizar o acesso às atividades remuneradas, formação e qualificação profissional, bem como estimular formas alternativas de trabalho e emprego.

A partir de dezembro de 1998, começou a ser implantado em toda a Prefeitura Municipal de Florianópolis um novo modo de gerenciamento de processos, desenvolvido por uma equipe do Programa de Modernização Gerencial (Progente). Este sistema tornou-se a base do gerenciamento ou controle, que

visou contribuir para se obter previsibilidade no desempenho dos processos, de acordo com o nível desejado. Tem como finalidade o controle da qualidade dos serviços prestados à população, o que possibilitou a melhora na qualidade do atendimento, na busca de uma padronização, descartando a duplicidade de serviços e contribuindo para melhor satisfação do usuário.

Com o desenvolvimento do Programa de Modernização Gerencial, a Prefeitura Municipal de Florianópolis passou a trabalhar através de cinco grandes programas: Programa de Marketing Estratégico, Programa de Infra-Estrutura, Programa de Desenvolvimento Econômico, Programa de Desenvolvimento Institucional e Programa de Desenvolvimento Social, que abrange as áreas da Saúde, Educação, Habitação e Social.

Dentro do Programa de Desenvolvimento Social, a área social era coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento Social através das seguintes Divisões: Ação Comunitária, Capacitação Profissional, Criança e Adolescente e Assistência Pública e Cidadania.

Na prática, os Departamentos da Saúde e do Desenvolvimento Social, vinculados à Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, funcionavam independentemente um do outro. A partir de 1999, com a LOAS, Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social, iniciou-se um processo de discussão sobre a mudança dos Departamentos para Secretarias próprias, ou seja, a criação da Secretaria da Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Assim, no dia 21 de março de 2001 é sancionada a Lei nº 5831 que cria a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social tendo transferido para esta Secretaria os órgãos vinculados a ela pertinente.

O Governo Municipal tem primazia de responsabilidade na condução da Política de Assistência Social, através do “comando único”, hoje então representado pela Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – SHTDS, que assume como missão: “promover o desenvolvimento sustentável das famílias florianopolitanas, otimizando e articulando os recursos institucionais e ampliando parcerias, visando a melhoria da qualidade de vida”.

Sendo assim, a missão da Secretaria e das respectivas Gerências aponta os seguintes objetivos:

- Fortalecer as estruturas familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade social;
- Proporcionar a garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e L.O.A.S., através de uma rede de serviços e ações articuladas entre sociedade civil e poder público;
- Atender crianças, adolescentes e suas famílias, desenvolvendo atividades sócio-educativas com ênfase ao caráter preventivo e de inclusão social;
- Propiciar abrigo às crianças e aos adolescentes em situação de risco;
- Proporcionar à população de baixa renda, benefícios, serviços básicos de assistência social, urbanização e habitação;
- Ampliar e melhorar a qualidade dos serviços de assistência, através da integração das ações e fortalecimento dos trabalhos em rede;
- Oportunizar o acesso às atividades remuneradas, formação e qualificação profissional, bem como, estimular formas alternativas de trabalho e renda;
- Implementar e ampliar os trabalhos sociais em áreas de concentração de pobreza;
- Atender o idoso através de atividades sócio-educativas, garantindo sua permanência na família e comunidade.

No presente ano a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social está com 177 funcionários e 23 estagiários de diversos cursos como serviço social, direito, psicologia, entre outros. (Fonte: dados

extraídos do último relatório da Secretaria Municipal da Administração), e tem como Secretária a Senhora Maria Eduvirgem Cardoso.

De acordo com o organograma, a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social está dividida em quatro Gerências, que por sua vez definem suas missões, além dos Programas, Projetos e Serviços de Assistência Social desenvolvidos:

1 Gerência do Trabalho e Renda:

Missão: "Contribuir para o desenvolvimento sustentável da população em exclusão social, articulando redes de serviços para a organização comunitária, geração de trabalho e renda, e melhoria da qualidade de vida".

1.1 Programa Capacitação Profissional, que abrange os seguintes Projetos:

1.1.1 Formação de Parcerias para Execução de Oficinas Profissionalizantes de Trabalho/Geração de Renda: Suas ações são o planejamento e organização de oficinas profissionalizantes e de geração de renda em parceria com organizações não-governamentais, treinamentos profissionalizantes, desenvolvimento de formas de intermediação de mão-de-obra e comercialização de produtos das oficinas de geração de renda, além do desenvolvimento dos cursos e oficinas, com o objetivo de constituir parcerias para articulação e otimização de recursos multi-institucionais para atendimento de trabalhadores desempregados, subempregados e de baixa qualificação profissional.

1.1.2 Execução de Cursos de Qualificação Profissional: busca mobilização comunitária e contatos com grupos organizados, promoção dos treinamentos, inscrição e seleção dos candidatos, objetivando incentivar a

qualificação e/ou re-qualificação da mão-de-obra do município de Florianópolis para inserção no mercado de trabalho.

1.1.3 Parceria para Formação de Assessoria de Empreendimentos

Produtivos: realiza ações voltadas à organização produtiva e comunitária, criação e consolidação de empreendimentos comunitários de produção e serviços, além de treinamentos profissionalizantes, visando levar às comunidades de interesse social ações de capacitação e trabalho afim de que os moradores tenham oportunidades de obterem renda a partir de núcleos produtivos.

1.2 Programa Geração de Renda, com os seguintes Projetos:

1.2.1 Organização de Empreendimentos Produtivos: investe na criação e organização de cooperativas, associações e grupos de produção/serviço, em treinamentos profissionalizantes e de gestão, e criação de oficinas profissionalizantes e de geração de renda (Empreendimento-Escola) nas áreas de higiene e beleza, reciclagem de papel e encadernação e na área da cerâmica. Seu objetivo é levar às comunidades de interesse social um programa de organização produtiva e de trabalho afim de que as pessoas tenham oportunidades de obterem renda a partir de núcleos produtivos.

1.2.2 Disseminação da Idéia de Organização de Empreendimentos Produtivos: realiza palestras junto a associações de moradores e trabalhadores sobre cooperativismo e associativismo, difusão de idéias sobre o cooperativismo junto aos trabalhadores autônomos e incentivo à organização produtiva de comunidades de baixa renda do município de Florianópolis, visando levar às comunidades de baixa renda do município proposições e alternativas de organização produtiva, além de incentivar o cooperativismo e o associativismo como alternativas de geração de trabalho e renda.

1.2.3 Auto-Gerenciamento e Inserção do Produto no Mercado: incentiva a emancipação e auto-gestão dos empreendimentos produtivos que integram os projetos da Gerência de Trabalho e Renda, põem em prática treinamentos para o gerenciamento de associações e cooperativas, cria mecanismos de escoamento da produção e consolidação do produto no mercado, e tem como pretensões oportunizar a auto-gestão dos empreendimentos criados pelos projetos da GRT, bem como a co-gestão dos trabalhadores neles inseridos, e incentivar a criação de mecanismos para inserção dos produtos desenvolvidos por tais empreendimentos, no mercado consumidor, para o seu escoamento.

1.2.4 Desenvolvimento de Empreendimentos Produtivos e de Geração de Renda na Região do Chico Mendes (HBB): suas ações estão voltadas à organização produtiva comunitária, criação e consolidação de empreendimentos comunitários de produção e serviços, e treinamentos profissionalizantes, com o objetivo de oferecer alternativas de trabalho e renda e atividades produtivas à população desempregada, subempregada e de baixa qualificação profissional da região do Chico Mendes.

1.3 Ação Comunitária de Desenvolvimento Social Integral junto às Áreas de Interesse Social: têm ações voltadas ao acompanhamento social às famílias durante e após o processo de remoção, reurbanização e/ou construção de unidades habitacionais, ações educativas para uso e ocupação de novos ambientes, incentivo à população e assessoria a organização comunitária, dinamização dos espaços e equipamentos coletivos, desenvolvimento de atividades de geração de renda e educação ambiental, além de concessão de benefícios, objetivando gerar compromisso dos moradores das comunidades, com a conservação e manutenção dos novos ambientes e correta utilização dos espaços coletivos, possibilitar a gestão democrática e organizada das famílias das comunidades atendidas com os projetos habitacionais, combater as carências nutricionais de gestantes e crianças, e ainda desenvolver atividades educativas que favoreçam a preservação do meio ambiente.

1.4 Atendimento a demandas habitacionais: realiza entrevistas e cadastramento de famílias de baixa renda com carência habitacional, análise dos dados e caracterização sócio-econômica da demanda habitacional, elaboração de projetos para captação de recursos, seleção de famílias para a inclusão em projetos habitacionais, e inserção das famílias nos programas sociais de acordo com sua necessidade, com os objetivos de elaborar um perfil sócio-econômico da demanda habitacional, viabilizar projetos e recursos que reduzam o déficit no município e identificar as necessidades e prever alternativas de moradia.

2 Gerência de Habitação:

Missão: "Qualificar e integrar os espaços urbanos, priorizando as intervenções em assentamentos subnormais de interesse social, buscando a sustentabilidade econômica, ambiental e social".

2.1 Através de recursos alocados no Fundo Municipal de Integração Social – FMIS, essencialmente do Habitar Brasil BID-HBB, são realizados projetos de financiamento e atendimento a famílias de baixa renda com: aquisição de terrenos, construção e/ou reformas de unidades habitacionais, melhorias urbanísticas e de infra-estrutura, regularização fundiária.

3 Gerência Administrativo Financeira:

Missão: "Participar integralmente das ações da SHTDS, viabilizando as condições administrativas, financeiras e humanas, respeitando as normas legais estabelecidas, para atingir os fins propostos pela Secretaria".

3.1 Apoio Técnico Financeiro a ONGs Conveniadas: apoio técnico-financeiro através de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, acompanhamento

e orientação às entidades conveniadas; assessoria técnica para organizações que atuam com crianças e adolescentes; e avaliação e supervisão dos planos de trabalho das conveniadas e respectiva aplicação, visando prestar apoio às ONGs, através do repasse de subsídios financeiros e orientação técnica; acompanhar o funcionamento das ONGs conveniadas observando, essencialmente a aplicação dos dispositivos da LOAS e cumprimento dos respectivos planos de trabalho; além de instrumentalizar voluntários e/ou serviços atuantes nas ONGs conveniadas, no desenvolvimento do trabalho social e pedagógico (em parceria com a Secretaria Municipal da Educação)

4 Gerência de Assistência Social:

Missão: "Prestar serviços de assistência social à população, através de ações continuadas e integradas que promovam processos de inclusão social, visando à melhoria das condições de vida".

4.1 Centro de Atenção à Família / Cidade da Criança: é um Centro Referencial de atendimento à criança, adolescente e família do município de Florianópolis, com perspectiva da proteção integral conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º da Lei nº 8069/90). Está situado no Bairro Agrônoma, visa atender um novo modelo de trabalho, articulado e uma complementaridade de ações, com o objetivo de oferecer às crianças e adolescentes do município um espaço de educação, saúde, esporte e lazer, profissionalização (para adolescentes), garantia de direitos, enfim, um espaço de cidadania.

4.2 Orientação e Apoio Sócio-Familiar: tem como ações as entrevistas com a família, visitas domiciliares, encaminhamentos a recursos comunitários, capacitação profissional, geração de renda, atendimento especializado a dependentes de drogas e aos portadores de deficiência, melhorias habitacionais, fornecimento de cestas básicas, medicamentos, acompanhamentos e avaliação de casos. Seu objetivo é atender famílias, cujas crianças e adolescentes estejam

em situação de exclusão social e pessoal, através da orientação e acompanhamento sistemático.

4.3 Centros de Educação Complementares – CECs (6): realiza oficinas educativas, reuniões, planejamento de atividades, visitas domiciliares, encaminhamentos e apoio pedagógico, visando sempre desencadear um processo de resgate e construção de cidadania, possibilitando a cada pessoa uma leitura e intervenção de sua realidade social, além de oportunizar espaços de convivência sócio-educativa para crianças e adolescentes dentro da própria comunidade, prevenindo situação de risco.

4.4 Casa da Liberdade: tem como ações a realização de cursos profissionalizantes, oficinas educativas, reuniões de pais, visitas domiciliares, encaminhamentos, atendimento psicológico e reforço pedagógico, com vistas a desencadear um processo de resgate e construção de cidadania possibilitando a cada pessoa uma leitura e intervenção na sua realidade social, e ainda desencadear junto às crianças e adolescentes um processo educacional visando dinamizar a relação da educação com o mundo do trabalho, numa perspectiva emancipadora.

4.5 Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano: Busca a preparação e capacitação de jovens para o exercício da cidadania nas áreas de saúde, esporte, turismo, justiça, cultura e meio ambiente, sempre na tentativa de estimular o papel de protagonista jovem, preparando o adolescente para atuar de modo cooperativo na transformação da comunidade a qual está inserido e resgatar vínculos familiares, comunitários e sociais.

4.6 Centros da Juventude: com oficinas educativas, rede de informações, cursos profissionalizantes e a atenção ao núcleo familiar, com o objetivo de oportunizar a

participação do adolescente no processo de transformação de suas condições de vida, trabalho e lazer.

4.7 Guias Mirins: possui atividades de iniciação ao trabalho junto aos usuários do Terminal Rodoviário Rita Maria, oficina de música, acompanhamento escolar e familiar, encaminhamento para o mercado de trabalho, apoio pedagógico e atendimento psicológico.

4.8 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): realiza atividades sócio-educativas em jornada ampliada, pagamento bolsa cidadã, reunião educativa com as famílias e acompanhamento escolar, com o objetivo de retirar as crianças e adolescentes da situação de trabalho precoce.

4.9 Rede Cidadão da Gente*: visa a criação de dez Centros de Referência de Atendimento à Criança e ao Adolescente, captação de recursos para o FIA, implantação de software para gerar banco de dados, para efetivar no município uma rede de serviços de atenção à criança e ao adolescente, interligada por meio da informática, criando assim um banco de dados.

4.10 Casa de Passagem: constitui em um Abrigo Provisório para crianças, adolescentes e mães, suprimindo necessidades básicas como alimentação, higiene, atendimento à saúde, além de atividades educativas e de lazer, objetivando abrigar provisoriamente esses indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social.

4.11 Abordagem de Rua: é um Projeto que se caracteriza enquanto proposta de atendimento socio-educativo, com o compromisso de restabelecer os vínculos familiares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua.

* Projetos a serem implantados.

As ações junto à população em situação de rua em Florianópolis, são efetivadas através de uma equipe de 13 profissionais, sendo 7 educadores e 5 assistentes sociais, com parcerias com a Polícia Militar de Santa Catarina, AFLOV (Associação Florianopolitana de Voluntariado), SUSP e entidades conveniadas (comunidades terapêuticas), no sentido de viabilizar as abordagens diárias nos períodos diurno e noturno, encaminhar às comunidades terapêuticas, hospitais, recambiamentos, encaminhamentos aos Conselhos Tutelares, e projetos de atendimento, visitas domiciliares e escolares. Seu objetivo é oportunizar o resgate do vínculo de crianças, adolescentes e adultos que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência, com segmentos organizados da comunidade (família, escola, unidade de saúde, programas e/ou projetos sociais, recambiamentos e comunidade terapêutica), evitando a sua exposição aos riscos que a rua oferece.

4.12 S.O.S. Criança: realiza plantões de atendimento de denúncias, averiguação das denúncias, abordagem familiar e comunitária, atendimento psicológico, encaminhamento ao 6º Departamento de Polícia, Instituto Médico Legal, Juizado e Conselho Tutelar, com o objetivo de assegurar o atendimento de proteção especial às crianças e adolescentes vitimizados, proporcionar atendimento em caráter emergencial de proteção e defesa psicológica e social, e atender a população infanto juvenil e suas famílias, visando sua reestruturação física, psíquica e social.

4.13 SENTINELA / ACORDE: Atende famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência física e sexual, oferecendo atendimento social e psicológico para estas famílias, através de visitas familiares, atendimento individual e em grupo, visando proporcionar o atendimento psicossocial a crianças e adolescentes que sofreram violência física e/ou sexual.

4.14 Centro de Atenção Diária a crianças e adolescentes / C.A.D. (usuário de drogas) / parceria com a Secretaria da Saúde *: Busca desenvolver ações no âmbito dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, de atendimento ambulatorial à crianças e adolescentes com dependência química. Seus objetivos visam minimizar as conseqüências do uso de drogas, orientar e responsabilizá-los por suas ações, tornando-os conscientes e críticos, instrumentalizar e acompanhar as famílias que tem no seu meio crianças e adolescentes dependentes químicos, capacitar os profissionais que atuarão com estas crianças e adolescentes, diminuir a incidência de atos infracionais praticados por adolescentes usuários de drogas, além de diminuir a incidência de crianças e adolescentes em situação de risco.

4.15 Central de Atendimento ao Migrante *: trata-se da adaptação de um espaço físico no Terminal Rodoviário Rita Maria para atendimento ao migrante, através de informações, encaminhamentos, alimentação, transporte coletivo e recambiamento às cidades de origem, visando atender as pessoas advindas de outras cidades, desprovidas de recursos financeiros, sem informações adequadas e em desabrigo.

4.16 Casa de Apoio e Proteção à Mulher *: busca proporcionar as mulheres e filhos em situação de violência, através de abrigo provisório com funcionamento 24 horas/dia, um acolhimento com dignidade e segurança, atendendo em suas necessidades básicas (alimentação, proteção, vestuário), bem como oferecendo suporte psicológico e amparo jurídico, para garantir a integridade física e/ou psicológica da mulher em situação de violência, bem como a de seus dependentes (crianças e adolescentes), favorecendo o acesso aos meios de promoção de sua condição de cidadã, fortalecendo sua auto-estima e a construção da sua autonomia.

* Projetos a serem implantados

4.17 Assistência Pública e Cidadania: realiza ações voltadas à prestação de serviços básicos de Assistência Social, concessões de benefícios circunstanciais, de benefícios eventuais e atendimento emergencial, visando proporcionar à população de baixa renda do município, benefícios e serviços básicos de assistência, e facilitar o acesso às informações e/ou auxílios, ajudando as famílias a superarem as dificuldades e necessidades imediatas.

4.18 Assistência Sócio-Jurídica: suas ações são voltadas às atividades de assistência social e jurídica, através de entrevistas, estudos de casos, consultas, orientações, elaboração de petições judiciais, ajuizamento de ações e serviços de Fórum, buscando prestar serviços sociais e jurídicos na área do direito de família à parcela populacional de baixa renda, residente no município de Florianópolis.

4.19 Casa de Apoio Social: realiza atendimento emergencial e acolhimento temporário às pessoas adultas em situação de rua, objetivando prestar atendimento básico emergencial à esta população, acolher temporariamente e realizar recambiamentos para as suas cidades de origem.

4.20 Assessoria aos Grupos de Convivência para a Terceira Idade: este projeto é viabilizado através dos grupos de convivência, na própria comunidade, com o desenvolvimento de atividades ocupacionais (artesanato), sócio-educativas, recreativas e de lazer, com o objetivo de oportunizar espaços de convívio, de expressão e aprendizagem, buscando a valorização pessoal e social da pessoa idosa.

4.21 Organização e Apoio às Práticas Educativas, Culturais e de Lazer para a Terceira Idade: é dirigido aos idosos do município, vinculados ou não aos grupos de convivência, sendo desenvolvidos através da promoção de eventos sócio-culturais, educativos e de lazer. Prevê a organização e apoio aos eventos. Dentre esses se destacam as palestras mensais, programação alusiva ao Mês do Idoso

(setembro) e cursos de alfabetização para a terceira idade, objetivando proporcionar alternativas para a terceira idade nas áreas de lazer, educação e cultura, que favoreçam o relacionamento interpessoal, troca de experiências, ampliação do conhecimento e informações, bem como, expansão de sua criatividade, sentimentos e a reconstrução de seu papel social.

4.22 Disk Idoso *: é destinado aos idosos de Florianópolis e é desenvolvido através do repasse de informações ao público alvo, por meio de uma linha telefônica integrada com as informações processadas pela internet, bem como divulgação e reivindicação de seus direitos, facilitando seu acesso aos serviços assistenciais oferecidos, com o objetivo de subsidiar as entidades com informações sobre os seus diversos trabalhos existentes no município na área do idoso, buscando maior resolutividade no encaminhamento aos recursos disponíveis, contribuir para a implantação de banco de dados com informações a respeito do idoso no município, e ainda contribuir com subsídios para gestão e formulação de políticas públicas na área do idoso.

4.23 Atividade Físico-recreativa para Idosos / Mexa-se pela Saúde na Terceira Idade: suas ações são dirigidas aos idosos do município de Florianópolis que participam dos grupos de convivência ou não, e aos residentes nas instituições asilares de assistência social do município. É desenvolvido através de atividade física e recreativa, com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida aos idosos do município através da prática de atividade física, desportiva e recreativa.

4.24 Centro Integrado de Atendimento à Terceira Idade – CIATI *: consiste na viabilização de um espaço físico central para atendimento ao idoso que integre os serviços de Centro de Cuidados Diurnos, Grupos de Convivência e Oficinas Abrigadas de Trabalho, com o desenvolvimento de atividades laborativas, recreativas, culturais, associativas, de geração de renda e educação para a

* Projetos a serem implantados.

cidadania, objetivando facilitar a permanência do idoso na família, proporcionando acolhimento diário e atividades, atender idosos através de atividades sócio-educativas, garantindo sua permanência na família e comunidades, contribuir para o aumento da renda familiar do idoso, possibilitar ao mesmo espaço de expressão, aprendizagem, buscando sua valorização pessoal e social, além de evitar o abandono ou mesmo a inserção do idoso em instituições asilares.

4.25 Programa Renda Mínima para o Idoso – Lei nº 5335/98: que realiza concessão de subsídio monetário mensal, no valor de 01 salário mínimo, e acompanhamento e avaliação das famílias atendidas, visando proporcionar condições mínimas às famílias para superação e/ou enfrentamento das situações de carência e de risco de saúde, além de oportunizar a permanência do idoso dependente junto à família, através do provimento de suas necessidades básicas.

1.1 CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

É a partir da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social passa a ser reconhecida como Política Social Pública, abrindo assim espaço para a defesa dos interesses dos menos favorecidos, através da Lei nº 8.842/93, Lei Orgânica de Assistência Social.

Com ela foram criadas novas estruturas para execução, controle e deliberação na área da assistência social nos níveis Federal, Estadual e Municipal, como foi citado anteriormente.

A Constituição de 1988 foi responsável também pela implantação do projeto de descentralização político-administrativa, que é entendida como

(...) um processo de distribuição de poder que pressupõe, por um lado, a redistribuição dos espaços de exercício de poder – ou dos objetos de decisão – isto é, das atribuições inerentes a cada esfera de governo e,

por outro, a redistribuição dos meios para exercer o poder, ou seja, os recursos humanos, financeiros, físicos (...) (Uga apud Stein, 1997, p. 06)

Essa descentralização político-administrativa existe no sentido de ampliação da democracia e da participação popular, onde é garantido à sociedade um espaço para formular e controlar as políticas. Uma tendência que visa à reconstrução democrática via poder local.

A implantação dessa descentralização se dá com a criação dos chamados Conselhos de Política Pública, nas três esferas da Federação (federal, estadual e municipal). Os Conselhos são espaços de organização da sociedade civil que, em parceria com o Estado, irão garantir a implementação das políticas públicas vigentes no país.

Os Conselhos são órgãos públicos regulamentadores, fiscalizadores e controladores da destinação dos recursos provenientes do Governo Federal, por iniciativa do Executivo Municipal e com a preocupação de estimular a participação da sociedade, pois tem representação paritária entre o Governo e a Sociedade Civil, assumindo uma forma de participação democrática.

As decisões dos Conselhos são resultado de negociação política que exigem representatividade de seus membros, o respeito à pluralidade democrática, à liberdade de organizar, mobilizar e expressar essas diferenças e também realizar alianças e somar esforços, pois visam a garantia da cidadania através da aglutinação de diferentes sujeitos sociais que confrontam seus interesses e se expressam, construindo um novo projeto político-social. Assim, fortalecem a prática coletiva, os espaços democráticos plurais, a participação, a organização, a mobilização social e o controle, ou seja, é um exercício político, uma alternativa de fazer política.

Conforme Stein (Stein, 1997, p. 15),

os conselhos revelam-se, por conseguinte, como um espaço público capaz de expressar diferentes interesses, do governo e da sociedade, e, como tal, os valores circulam e as opiniões se formam no seu interior. Desta forma a construção de "espaços público" se coloca como "possibilidade que descortina" (grifos da autora)

As atividades dos conselheiros são consideradas de relevância pública e eles não têm direito à remuneração e nem a privilégios. As instâncias de discussão e fiscalização das ações dos conselhos são os Fóruns, Conferências, Seminários, Encontros Temáticos, Congressos, entre outros.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, tem por responsabilidade viabilizar a estruturação e organização dos Conselhos Municipais existentes atualmente: Conselhos e Fundo Municipais da Assistência Social, o Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, o Conselho de Integração Social (Habitação), os dois Conselhos Tutelares, o Conselho Municipal do Idoso e o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego.

O primeiro conselho criado na área da assistência social em Florianópolis foi o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base Lei n 3.794/92, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

De acordo com as informações obtidas em entrevista com a assistente social do Conselho Municipal de Assistência Social, Senhora Kátia Muller, em 1995 iniciaram-se as discussões sobre a implementação da LOAS no município de Florianópolis através de dois Seminários. Neste mesmo ano é eleita uma Comissão Provisória para o Fórum Permanente de Assistência Social de Santa Catarina, com o objetivo de acompanhar e agilizar a implantação da LOAS em todo o Estado, onde foram debatidos assuntos sobre a descentralização política,

prevista na Constituição Federal de 88, além da proposta para o Conselho e Fundo Municipal de Assistência Social.

Em 1996 toma posse a primeira gestão do Conselho Municipal de Assistência Social, Lei Nº 4.958, a qual dispõe sobre a Assistência Social, direito do cidadão e dever do estado, que é Política de Seguridade Social não contributiva, e provê os mínimos sociais. Será realizada, no âmbito do Município, através de ações conjuntas de iniciativa da Administração Pública Municipal e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

O Conselho Municipal do Idoso foi criado aos 24 de setembro de 1998, através da Lei nº 5371 que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cujo objetivo é assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade. Considera-se, para efeito desta Lei, a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

O Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis está vinculado à Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – Gerência de Assistência Social. Em vista dessa proximidade, o Conselho recebe apoio do Programa de Atenção à Terceira Idade, além de Instituições / Entidades que atuam com a terceira idade no município, as quais seguem os princípios e diretrizes previstas nesta Lei.

1.2 PROGRAMA DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE

O Programa de Atenção à Terceira Idade está vinculado à Divisão Sócio-Educativa, Gerência de Assistência Social e tem por missão “promover o desenvolvimento bio-psico-social do idoso, oportunizando ao mesmo a melhoria

da qualidade de vida, sua valorização, ampliação do seu nível de consciência e conseqüente organização social” (Plano de Trabalho, 1997).

Seu objetivo é proporcionar à população idosa de Florianópolis espaços de convívio, aprendizagem e lazer, contribuindo para a sua conscientização, estimulando o idoso a participar de todas as etapas de sua vida como cidadão.

O referido Programa, no ano de 2002 está amparado por uma equipe formada pelos seguintes técnicos: 02 (duas) assistentes sociais (01 (uma) Coordenadora), 02 (duas) estagiárias de serviço social, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) professora de educação física, 09 (nove) estagiários de educação física e 01 (um) estagiária de nutrição. Esta equipe reúne-se semanalmente para avaliar a atuação junto aos projetos que executa, bem como busca formas / alternativas para atender às novas demandas que surgem, almejando qualificar suas ações de forma competente.

Destacamos também, a articulação dos técnicos com outras instituições e entidades, como por exemplo, a participação ativa na Comissão Regional do Idoso da Grande Florianópolis e do Conselho Municipal do Idoso.

O Programa de Atenção à Terceira Idade gerencia ações voltadas as pessoas idosas através dos seguintes projetos, que constam no Plano Municipal de Assistência Social e foram referendados na III Conferência de Assistência Social / Florianópolis (12 e 13 de julho de 2001):

➤ **Organização e Apoio às Práticas Educativas, Culturais e de Lazer para a Terceira Idade:** seu objetivo é propiciar alternativas para os idosos do município nas áreas de lazer, atividades físico-recreativas, cultural, que favoreçam o relacionamento interpessoal, troca de experiências, expansão de sua criatividade e sentimentos e a reconstrução do seu papel social;

Dentre suas principais ações encontram-se o planejamento, organização, apoio e realização de eventos / atividades (Baile de Carnaval e comemorações alusivas ao Mês do Idoso – Setembro), encontros inter-grupais, gincanas, jogos para a integração do idoso, entre outros, além de dois sub-projetos:

→ **Tarde Educativa:** realização de palestras e / ou mesas-redondas mensais com o objetivo de permitir a troca de informações e discussão de temas e aspectos do processo do envelhecimento humano e outros temas da atualidade sócio-econômica do país, que possam contribuir para a consolidação da cidadania do idoso. Tem parceria com o Conselho Municipal do Idoso.

→ **Alfabetização para a Terceira Idade:** consiste na criação de mecanismos de alfabetização para a população idosa de Florianópolis, com o objetivo de oportunizar o ensino básico, servindo assim de instrumentos para a emancipação e expansão dessa parcela da população na vida social. Sua viabilização se dá através da parceria com a Secretaria Municipal de Educação e desenvolvido na própria comunidade.

Atualmente está sendo desenvolvido em duas comunidades (Alto Ribeirão e Jurerê). Para 2002 existe a solicitação de mais duas turmas, nas comunidades da Barra da Lagoa e Fazenda do Rio Tavares, que já estão sendo viabilizadas.

➤ **Mexa-se pela Saúde na Terceira Idade** (Atividades físicas e recreativas para idosos): tem como objetivo geral propiciar aos idosos melhor qualidade de vida através de atividade física sistemática.

Atualmente atende 1008 idosos, distribuídos em 44 grupos, sendo 29 grupos de convivência (778 idosos), com atividades recreativas e de lazer, quinzenais; 12 grupos de ginástica (190 idosos), com aulas de atividade física duas vezes por semana; 03 Instituições Asilares de Assistência Social do Município (40 idosos), com atividades físicas, recreativas e de lazer, duas vezes por semana. O Projeto é viabilizado através de Convênio entre a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social e a Fundação Municipal de Esportes.

➤ **Assessoria aos Grupos de Convivência para a Terceira Idade:** as principais ações são a orientação e acompanhamento aos grupos de convivência, assessoria na organização e dinamização, encaminhamentos para recursos comunitários, acompanhamento psicológico individual, e treinamento de coordenadores e voluntárias que atuam nos grupos de convivência.

O Projeto Assessoria aos de Grupos de Convivência para a Terceira Idade tem por objetivo atender o idoso no âmbito bio-psico-socio-cultural com o desenvolvimento de atividades manuais (artesanato), sócio-educativas e físico-recreativas.

Atualmente este Projeto acompanha e assessora 29 grupos de convivência, na sua maioria localizados na região insular do município, perfazendo um total de aproximadamente 800 idosos.

O Programa de Atenção à Terceira Idade utiliza-se dos seguintes critérios para atendimento aos grupos de convivência:

- O grupo deve ser composto por 90% de pessoas com idade a partir de 60 anos;
- Deverá ter, no mínimo, 15 participantes;

- O grupo deverá desenvolver suas atividades em instalações físicas adequadas, de caráter público ou comunitário;
- 90% dos participantes deverão ser moradores da comunidade ou adjacências;
- Será dada prioridade no atendimento aos grupos onde há maior número de participantes com baixa renda (01 a 04 salários mínimos);
- O grupo deverá atender às solicitações e orientações do Programa de Atenção à Terceira Idade quando necessário;
- Este deverá atuar em consonância com os princípios / objetivos da Política Municipal do Idoso, bem como do trabalho desenvolvido pelo Programa de Atenção à Terceira Idade.

Estes grupos contam ainda com a colaboração de voluntárias que recebem treinamento pelo Programa de Atenção à Terceira Idade.

Para viabilizar as atividades como confecção de trabalhos manuais, os grupos recebem recursos através do Programa de Atenção à Terceira Idade, provenientes da PMF Convênio API – Conviver – Fundo Nacional de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social. Os grupos ainda recebem doações voluntárias da comunidade, dos próprios idosos participantes, colaboração de grupos e / ou entidades comunitárias e parcerias com outras instituições.

Para uma melhor compreensão da importância do trabalho realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis com grupos de convivência, faz-se necessário resgatar sobre o tema Terceira Idade, bem como teorias sobre grupos, visto que os grupos de convivência para a terceira idade são o objeto de estudo deste trabalho.

2 TERCEIRA IDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

A partir do século XIX as pessoas começaram a viver mais, pois houve, por parte dos médicos, cientistas e pesquisadores, uma preocupação com o envelhecimento e a velhice. E, foi na Europa que a população idosa inicialmente duplicou.

Conforme MAZO, LOPES E BENEDETTI (2001, p. 29), no século XX continuou a urbanização da sociedade, provocada principalmente pela Revolução Industrial, que trouxe consigo o aumento da proporção de pessoas de idade avançada em relação à população total. Esse fenômeno pode ser chamado também de envelhecimento populacional. Com o referido aumento, surgem reflexões e movimentações por parte da sociedade e seus governantes em relação à velhice e, com ele, algumas consequências de ordem econômica, social, política, médica, espiritual e cultural.

O envelhecimento populacional também é uma realidade em nosso país, que só passou a ser tratada como questão a partir da década de 70. A expectativa de vida atinge, em média, os 76 anos, próximo do padrão europeu, devido, principalmente, à queda das taxas de natalidade e mortalidade (Anais, 1996, p. 11). Sendo assim, o cuidado com o idoso, as responsabilidades das famílias e da sociedade passaram a ser novos desafios para as organizações governamentais e não-governamentais.

É possível perceber uma mudança na estrutura etária do Brasil que, até 1970, era composta pela maioria jovem menores de 15 anos, e ia diminuindo gradativamente. A partir de então, com a queda da taxa de fertilidade e o aumento da expectativa de vida, o grupo de jovens passou a representar, proporcionalmente, bem menos no cômputo geral da população, aumentando então o grupo de pessoas entre 15 e 64 anos e idosos acima de 65 anos (Anais, 1996, p. 17).

Com o aumento do número de idosos no país, surgem os programas voltados para a terceira idade, que se constituem em exemplos privilegiados para demonstrar que a experiência de envelhecimento pode ser vivida de maneira distinta. A instituição pioneira a se voltar para um trabalho com idosos no Brasil foi o Serviço Social do Comércio – SESC – de São Paulo, em 1963, com público alvo voltado para as classes médias e altas. Do mesmo modo, e com o mesmo objetivo, surgiu a universidade para a terceira idade, na universidade católica da PUCCAMP, que atingia o mesmo público do SESC, (Anais: 1996, p.40).

MAZO, LOPES E BENEDETTI (2001, p. 33) expõem que na década de 70 surgiu também o primeiro Programa, em âmbito governamental, em prol do idoso,

o chamado Programa de Assistência ao Idoso – PAI – no antigo Instituto Nacional da Previdência Social – INPS – que, em 1979, foi transferido para a antiga Legião Brasileira e Assistência – LBA – e tomou o nome de Programa de Atendimento à Pessoa Idosa – PAPI,

que mobilizou, sobretudo, setores de classes populares.

Em Programas direcionados à terceira idade a participação feminina é mais elevada em detrimento ao número de homens, devido a vários fatores. Primeiro, porque os homens no Brasil sobrevivem menos que as mulheres, apesar de nascerem mais homens do que mulheres. Segundo, porque no Brasil, como na

maioria dos países, o aumento da expectativa de vida ao nascer tem sido mais significativo no sexo feminino, devido principalmente à proteção cardiovascular dada pelos hormônios femininos; maior atenção ao aparecimento dos problemas de saúde; maior utilização dos serviços de saúde e a moderna assistência médica – obstétrica, que tem propiciado uma queda na mortalidade de parturientes (Anais: 1996, p. 22-24).

É importante salientar ainda que entre as mulheres idosas a participação em grupos voluntários (igrejas, clubes, organizações voluntárias) é fator de grande importância na satisfação pessoal, muito mais que o trabalho formal, contribuindo na saúde mental e suporte social, desempenhando assim o mesmo papel que o trabalho formal para o homem.

A expectativa de vida da mulher também influencia, pois elas vivem oito anos a mais que os homens. Em 1991, elas correspondiam a 54% da população de idosos. Já em 2000 passaram para 55,1% (Alves, p. 19 JORNAL DC).

De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OMS (Organização Mundial da Saúde), pessoa idosa é aquela com idade a partir de 60 anos em países desenvolvidos e 65 em países subdesenvolvidos, enquanto que a Constituição Federal Brasileira de 1988 considera idoso todo cidadão maior de 65 anos.

Estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que a população idosa brasileira está crescendo, e que no ano de 2025, no Brasil, serão 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, fato esse que, gradativamente, deixará de ser caracterizado como um país jovem, para se tornar um país em envelhecimento. Segundo a Organização das Nações Unidas, quando numa sociedade 7% da população tem mais de 60 anos, ela já está em processo de

envelhecimento (Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis - 2002 / 2005, p. 99)

◊ Sendo assim pode-se perceber que a realidade social da velhice está se transformando progressivamente devido às mudanças ocorridas nas gerações de jovens e de adultos, nas áreas da educação, renda, qualidade de vida, entre outros. Os idosos estão reagindo ao estigma de improdutivos, dependentes, inativos, incompetentes através de associações de idosos, grupos de convivência, clubes da terceira idade e outras atividades que os faz voltarem a ocupar um lugar no contexto social, resgatando seu papel de indivíduo capaz de contribuir para o desenvolvimento social do país, pois a participação social não é apenas responsabilidade, mas sim direito de cada um.

2.1 GRUPOS COMO ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

De acordo com ZIMERMAN E OSÓRIO (1997, p.26), o ser humano tem necessidade de conviver com seus semelhantes. É, portanto, característica do próprio homem a sua sociabilidade. Ele existe em função de seus inter-relacionamentos grupais. “Sempre, desde o nascimento, o indivíduo participa de diferentes grupos, numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social”.

No decorrer da vida, segundo os mesmos autores, o indivíduo convive e interage com distintos grupos, ou seja, com o grupo familiar, onde o bebê convive com os pais, avós, irmãos; com o grupo escolar, seja passando por creches, escolas maternas; grupos de formação espontânea. Esses grupamentos tendem a se renovar e ampliar na vida adulta, com a constituição de novas famílias e de grupos associativos, profissionais, esportivos, sociais, etc.

Em nossa sociedade o homem é considerado um membro de muitos e diferentes grupos, aos quais vive entrelaçado, e estes são imprescindíveis para seu desenvolvimento pessoal.

Ao nos reportarmos a ZIMERMAN E OSÓRIO (1997, p.26), a definição do termo "grupo" é bastante genérica, pois a palavra "grupo" tanto define um conjunto de três pessoas como também pode conceituar uma família, uma turma ou gangue de formação espontânea; uma composição artificial de grupos como, por exemplo, o de uma classe de aula ou a de um grupo terapêutico; uma fila de ônibus; até o nível de abstração, como seria o caso de um conjunto de pessoas que, compondo uma audiência, esteja sintonizado num mesmo programa de televisão.

Ainda segundo os autores, existem, diferentes tipos de grupos, sendo que a primeira subdivisão fundamental é a que diferencia os pequenos grupos dos grandes grupos. A respeito do pequeno grupo se faz necessário uma distinção entre agrupamento e grupos propriamente dito.

Entende-se por agrupamento, conforme ZIMERMAN E OSÓRIO (1997, p 27) um conjunto de pessoas que convivem partilhando de um mesmo espaço e que guardam entre si uma certa valência de inter-relacionamento e uma potencialidade em virem a se constituir como um grupo propriamente dito. Pode-se dizer que a transição da condição de um agrupamento para o de um grupo consiste na transformação de "interesses comuns" para o de "interesses em comum".

ZIMERMAN E OSÓRIO (1997, p. 28) discorrem ainda que grupos propriamente ditos caracterizam-se por constituírem-se como uma nova identidade, com leis, normas e mecanismos próprios e específicos, que delimitam e normatizam a atividade grupal proposta; são reunidos em torno de uma tarefa e

de um objetivo comum ao interesse deles; no qual sejam preservadas as identidades específicas de cada um dos indivíduos componentes do grupo; que exista alguma forma de interação afetiva entre os seus membros, a qual costuma assumir as mais variadas e múltiplas formas; a existência de uma hierárquica distribuição de posições e papéis, de distintas modalidades; e a formação de um campo grupal dinâmico, em que gravitam fantasias, ansiedades, fenômenos resistenciais e transferenciais, entre outros.

Para PICHON-RIVIÈRE (Apud. OSÓRIO, 1986, p. 127),

um grupo é um conjunto restrito de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, se propõem de forma explícita ou implícita à realização de uma tarefa que constitui sua finalidade, interagindo para isso através de complexos mecanismos de adjudicação e assunção de papéis.

Quanto à classificação dos grupos, os autores ZIMMERMAN E OSÓRIO (1997, p. 78) propõem, baseando-se no critério das finalidades, no para quê o grupo se destina, dois seguintes grandes ramos: psicoterápicos e operativos.

Os grupos psicoterápicos são formas de psicoterapias que se destinam prioritariamente à aquisição de *insight* (introspecção), notadamente, dos aspectos inconscientes dos indivíduos e da totalidade grupal. Nesse grupo a tarefa é resolver o denominador comum da ansiedade do grupo, que, em cada integrante toma características particulares.

Os grupos operativos, segundo OSÓRIO (2000, p. 31), definem-se como grupos centrados na tarefa. "O que caracteriza os grupos operativos é a relação que seus integrantes mantêm com a tarefa e esta poderá ser a obtenção da "cura", se for um grupo terapêutico, ou a aquisição de conhecimentos, se for um grupo de aprendizagem", pois os grupos operativos tanto podem ser terapêuticos como de aprendizagem.

Para PICHON RIVIÈRE (1994, p. 95), que introduziu as teorias sobre grupos operativos na década de 40, o grupo operativo é um instrumento de trabalho, um método de investigação e cumpre, além disso, uma função terapêutica.

Em linhas gerais, os grupos operativos cobrem os seguintes campos:

- Ensino-aprendizagem: sua ideologia é a de que o essencial é “aprender e aprender”, e que “mais importante do que encher a cabeça de conhecimento é formar cabeças”.
- Institucionais: visa encontrar uma ideologia comum para uma adequada formação humanística.
- Terapêuticos: visam fundamentalmente a uma melhoria de algumas situações de patologia dos indivíduos, quer sejam estritamente no plano da saúde orgânica, quer no do psiquismo, ou em ambos ao mesmo tempo.
- Comunitários: seu objetivo é proporcionar à comunidade um completo bem-estar físico, psíquico e social.

Sendo assim, os Centros Comunitários, Igrejas e Clubes de Mães são locais onde as pessoas podem reunir-se para debater os problemas sociais. Ao mesmo tempo em que exercem seus direitos, conscientizam-se das questões locais e até nacionais, ampliando sua capacidade e dando sugestões.

Esses contatos são essenciais na vida das pessoas. Para o homem a integração social se faz necessária porque ele é um ser social, que necessita estar sempre em relação com o outro, não só na família, mas também em outros grupos sociais. Por isso, durante toda a vida, os indivíduos procuram identificar-se com outros que tenham interesses em comum, buscando se ligar a grupos que possam dar-lhe segurança, estabilidade e coragem para o enfrentamento dos problemas cotidianos.

2.2 GRUPOS VOLTADOS PARA A TERCEIRA IDADE

Para que o ser humano possa levar uma vida digna e satisfatória, ele necessita ter saúde física e mental, alimento, abrigo, descanso, trabalho em ambiente saudável, entre outros. Mas em nossa sociedade, com a má distribuição de renda e a grande diferenciação social, deduz-se que a população está longe de ter satisfeitas essas necessidades e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

Segundo ROLLIN (1998, p. 41), o idoso enfrenta grandes desafios e dificuldades, como problemas físicos e psicológicos, além de ser discriminado e rejeitado pela própria sociedade. É considerado inativo e improdutivo, por não possuir valor algum na lógica capitalista que, por sua vez, visa somente o lucro e a competição. O que resta a este segmento é carregar o estigma da aposentadoria que, em nossa sociedade, é sinônimo de empobrecimento.

Está intrínseco na sociedade, inclusive entre os idosos,

(...) a ideologia voraz do lucro e da eficácia, na qual o idoso perde seus valores enquanto indivíduo, passa a ser excluído, rejeitado, por, algumas vezes, ter limitações físicas e/ou mentais, mas geralmente isso acontece simplesmente por ele ser velho. Porém é sabido também, que essa ideologia precisa ser substituída por outra que valorize e ressalte o papel do idoso enquanto ser em desenvolvimento (BOSI apud ROLLIN, 1998 p.41).

Redescobrir significados para a existência é crucial aos idosos. A auto-aceitação, o relacionamento e a troca de experiência com outros, a amizade, a espiritualidade, o amor, o trabalho e o lazer resgatam o sentido da própria vida.

Nas comunidades são poucos os espaços onde os idosos podem ter uma vida social e política produtiva. Em vista disso, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Programa de Atenção à Terceira Idade, procura oferecer-

lhes espaços de expressão e convivência, procurando incentivar a criação e manutenção de grupos sociais dirigidos a esse segmento da sociedade, os quais são denominados Grupos de Convivência, propiciando-lhes a oportunidade de desenvolverem-se social e politicamente.

Conforme o ex-Ministério do Bem-Estar Social – Legião Brasileira de Assistência (Apud, ROLLIN, 1998 p. 42), atual Ministério da Previdência e Assistência Social, os Grupos de Convivência consistem no atendimento à pessoas idosas, mediante o desenvolvimento de atividades que favoreçam o convívio social, o fortalecimento de práticas associativas e produtivas, e o exercício da cidadania, contribuindo para sua valorização e interação na família e na comunidade.

Os grupos de convivência passaram a representar para os idosos um novo espaço de expressão e aprendizagem, pois a convivência é permeada pela troca de experiência em todos os níveis (pessoal, de trabalho, de conhecimento e de construção da cidadania). Tornou-se uma alternativa de atendimento ao idoso na satisfação de suas necessidades afetivas, de socialização, de lazer e de atualização, por apresentar uma resposta mais efetiva e imediata à questão fundamental da problemática do idoso, ou seja, o isolamento social que muitos acabam sofrendo no decorrer de sua velhice. Além disso, o idoso pode permanecer na família e ao mesmo tempo ter contato com a comunidade, o que lhe faculta uma vida mais ativa e menos solitária.

Sendo assim, é possível perceber a importância do convívio social entre os idosos que, através dos grupos de convivência, promovem a reconstrução da identidade, muitas vezes confusa ou perdida, além de propiciar o resgate de vínculos com familiares e de capacidades que existem, mas que não estão “aposentadas” (ZIMERMAN e OSÓRIO, 1997), redefinindo papéis sociais e proporcionando uma experiência de envelhecimento mais positiva, pois

envelhecer é um triunfo, mas para eles terem longevidade digna e com qualidade, é necessário dispor de políticas efetivas, que respondam às reais necessidades.

2.3 EXPERIÊNCIA COM GRUPOS DE TERCEIRA IDADE VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Como já citamos anteriormente, no Capítulo I, a Prefeitura Municipal de Florianópolis mantém o Projeto Assessoria aos Grupos de Convivência para a Terceira Idade, acompanhando os Grupos através de sua equipe técnica, na qual participam 02 assistentes sociais, 02 estagiárias de serviço social, psicóloga, professora de educação física, 09 estagiários de educação física e 01 estagiária de nutrição.

A experiência vivida durante o estágio curricular obrigatório, de julho de 2001 a maio de 2002, foi realizada neste Projeto, período em que foi possível fazer um acompanhamento sistemático junto a alguns grupos de convivência, atendidos pelo Programa de Atenção à Terceira Idade, vinculado à Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, através da Gerência de Assistência Social.

A escolha dos grupos de convivência foi feita, no início do período de estágio, através de discussões com as assistentes sociais do Programa de Atenção à Terceira Idade, utilizando-se os seguintes critérios: localização - ser um do norte e um do sul da ilha; período de vinculação ao Programa de Atenção à Terceira Idade; e motivar e acompanhar o processo de formação de um grupo da comunidade Chico Mendes.

Nos três grupos citados, os objetivos principais são o acompanhamento sistemático a fim de auxiliar, orientar e colaborar na organização interna desses

grupos, além de incentivar e participar da organização de atividades de lazer, sócio-educativas, encontros intergrupais que visem o aprimoramento sócio-cultural dos idosos e o conhecimento de outras realidades culturais, econômicas e sociais.

Para melhor analisar o trabalho desenvolvido, será feita uma abordagem histórica de cada um dos grupos acompanhados e, em seguida, a atuação do serviço social nos grupos de convivência.

2.3.1 APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS

➤ **Grupo de Idosos Sempre Unidos da Comunidade Tapera:**

O grupo de idosos Sempre Unidos foi fundado em 18 de setembro de 1991, por iniciativa da Senhora Ormina Jorge Lopes, que já participava de um grupo de convivência na comunidade do Ribeirão da Ilha. Desde então o grupo realiza seus encontros na Rua Bernardino, 118 – Tapera da Base Aérea, todas as quintas-feiras, das 14:00 as 17:00 horas.

O objetivo deste grupo de idosos é proporcionar aos seus integrantes um espaço onde possam desenvolver suas relações sociais, permitindo-lhes gozar de uma vida mais ativa e menos solitária.

O Grupo de Idosos Sempre Unidos, fundado há onze anos, passou a ser atendido pelo Programa de Atenção à Terceira Idade em 1993. Atualmente está composto de 42 idosos, sendo que destes, 06 são homens e 36 são mulheres. A coordenação do grupo é exercida por uma diretoria eleita a cada dois anos pelos participantes, formada de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Secretário e Segundo Secretário e, além dessa organização, o grupo possui CGC, Estatuto e Regimento Interno, o qual dispõe sobre a regulamentação das normas internas do grupo, ou seja, dia e horário de

funcionamento; coordenação das reuniões; frequência; lanche e comemoração dos aniversariantes; mensalidade; prestação de contas; destinação dos recursos financeiros; critérios de participação; critérios para ser voluntário (a); direitos e deveres dos voluntários (as); entre outros.

Sua discussão foi concluída no ano de 2001, com o auxílio da estagiária de serviço social e passou a contribuir para o crescimento do grupo, uma vez que surge a partir das necessidades de organização e da contribuição de cada um no resultado do documento. O Regimento passou a regulamentar normas que antes se alteravam de acordo com o entendimento de cada diretoria ou coordenadoria, dando assim um caráter mais coletivo na tomada de decisão e participação.

O grupo realiza atividades físico-recreativas, quinzenalmente, coordenadas por um estagiário de educação física do Projeto Organização e Apoio às Práticas Educativas, Culturais e de Lazer para a Terceira Idade; encontros intergrupais que visam o aprimoramento sócio-cultural dos idosos e o conhecimento de outras realidades culturais, econômicas e sociais; passeios; bingos quinzenais no próprio grupo e dois Bingos Comunitários anuais; desenvolvimento de trabalhos manuais como crochê, pintura, tapeçaria, bordados de ponto cruz e vagonite, entre outros.

O campo de trabalhos manuais é muito extenso, compreendendo diversos materiais, processos e produtos, e são considerados de grande utilidade para o idoso e para o grupo, pois estimula a concentração, raciocínio, coordenação motora, memória, agilidade nas mãos, exercita-o a dar uma forma concreta à idéia, desenvolve as qualidades e aptidões naturais, como o espírito de iniciativa e de cooperação, favorece o conhecimento, a troca de experiência e de novas técnicas. Ao constatar os resultados de seus esforços, o idoso adquire o senso do trabalho em grupo e melhora a auto-estima. Esses trabalhos são comercializados e revertidos em recursos para o grupo realizar passeios e adquirir

materiais que, por ventura, não possam ser comparados através do Convênio API / Conviver, ao qual eles estão inseridos.

Ao final de cada encontro fazem lanches coletivos, organizados com escalas, no qual há um revezamento entre os participantes, evitando que sempre o mesmo colabore.

➤ **Grupo de Idosos Vó Itelvina, da Comunidade Rio Vermelho:**

O grupo de idosos Vó Itelvina foi fundado em nove de março de 1991, a partir da iniciativa de Senhoras da comunidade, que percorreram a comunidade convidando os idosos, com o objetivo de formar o grupo. A partir de então este passou a se encontrar semanalmente, todas as terças-feiras, das 14:00 as 17:00 horas, na Rua Luis Nunes, s/nº, sede da Associação de Moradores do Rio Vermelho (AMORVE).

O objetivo do grupo é viabilizar um espaço de participação ao idoso, onde possa exercer sua liberdade de expressão, além de interagir com outros idosos, proporcionando-lhe bem estar e confiança em si mesmo.

O Grupo de Idosos Vó Itelvina, fundado há cerca de 11 anos, passou a ser atendido pelo Programa de Atenção à Terceira Idade da Prefeitura Municipal de Florianópolis no ano de 2000. Atualmente está composto por 44 idosos, sendo que destes, 04 são homens e 40 são mulheres. A coordenação do grupo é exercida por uma diretoria eleita entre os participantes a cada dois anos, conforme consta no Estatuto, composta de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Secretário e Segundo Secretário, e, além disso, o grupo possui CGC e Estatuto.

Durante os encontros, os idosos fazem atividades como trabalhos manuais, aulas de dança, monitoradas por uma estagiária do curso de educação física, do Projeto Organização e Apoio às Práticas Educativas, Culturais e de Lazer para a Terceira Idade; realizam trocas de experiências; planejam palestras informativas; fazem aulas de musicoterapia proporcionadas por uma voluntária, também promovem bingos mensais no grupo e um Bingo Comunitário anualmente, para angariar recursos, que são posteriormente aplicados na realização de passeios e na compra de materiais necessários, como agulhas, tesouras, entre outros.

Ao final de cada encontro o grupo faz um lanche coletivo, com doações de um supermercado da comunidade dos Ingleses e recursos do próprio grupo. Este grupo está discutindo, em conjunto com a assessoria da estagiária de serviço social, a elaboração do Regimento Interno, que visa organizar internamente o grupo, estabelecendo normas de funcionamento, pois como se trata de um grupo, sempre surgem divergências e o amparo está no Regimento Interno, afinal, foi discutido entre os participantes.

➤ **Grupo de Idosos Esperança, da Comunidade Chico Mendes:**

O grupo de idosos Esperança surgiu a partir de uma proposta do Projeto de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário da Região Chico Mendes / Programa Habitar Brasil – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) – Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, executado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, cujo objetivo é fortalecer a organização comunitária, desenvolvendo ações que possibilitem a participação efetiva dos moradores do Bairro Chico Mendes, compreendida pelas comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória, nos Projetos desenvolvidos na área, nas etapas de planejamento, implantação, acompanhamento e avaliação, construindo, desta forma, o exercício da gestão democrática.

Dentro deste Projeto, podem-se distinguir três linhas de atuação básica que norteiam sua execução, quais são: Educação Sanitária e Ambiental; Capacitação Profissional e Geração de Renda; e Mobilização e Organização Comunitária, o qual o grupo para a terceira idade está inserido. Esta linha de atuação busca desenvolver ações voltadas à mobilização e organização comunitárias, através do estímulo à participação efetiva em todas as etapas do Projeto e definição de responsabilidades dos agentes envolvidos. Entre suas ações, está a realização de encontros e reuniões comunitárias de acordo com as demandas identificadas, estimulando a participação efetiva de um número maior de comunitários e a formação de grupos por demandas, como o Grupo de Idosos.

Várias reuniões foram realizadas em conjunto com setores afins da Prefeitura, como a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, Fundação Franklin Cascaes, Fundação Municipal de Esportes, entre outros, para discutir a viabilização da implantação do grupo, dentre outras ações (implantação de creches, SEC's), além de disponibilidade de local, dia e técnicos para estar atuando junto ao grupo.

Após essas reuniões, foi realizada uma abordagem nas residências dos idosos, desempenhada pela assistente social Elizonete Tietjen e a estagiária Julie Cristine Volkmer, que entregaram convites para participarem da primeira reunião, dia 13 de agosto de 2001, no Prédio Chico Mendes, onde estiveram presentes 41 idosos, 23 agentes de saúde do bairro Monte Cristo e representantes da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Na oportunidade, foram esclarecidos as intenções e os objetivos quanto à formação do grupo, como investir nas potencialidades dos idosos, através de atividades artístico-culturais, físico-recreativas e reflexivas, permitindo a expressão de seus sentimentos e o resgate de seus valores culturais, além de estimular o idoso a reconstruir padrões de vida e de atividades, em vista das constantes

perdas e dos problemas comuns entre esse segmento da sociedade como solidão, depressão, sentimento de inutilidade, entre outros objetivos. Ainda foram definidas a data das reuniões, as atividades previstas, a forma de assessoria e acompanhamento, que terá a presença de um técnico da Prefeitura até o grupo se organizar e a importância da participação dos agentes de saúde na mobilização dos idosos, uma vez que eles conhecem todos os moradores das comunidades.

Essa reunião teve um grande número de idosos (41), pois alguns foram com a expectativa de receber cestas básicas ou algum tipo de benefício financeiro da Prefeitura, outros com a expectativa de receber emprego, e tiveram aqueles que foram porque já participavam de um outro grupo de mães, que havia se extinguido, e tinham interesse de participar do grupo realmente.

O Grupo de Idosos Esperança foi criado recentemente, em 2001, e conta com 11 idosas participando. Isso se deve ao fato de muitas não podem participar, pois precisam cuidar dos netos ou porquê precisam trabalhar para sustentar a casa.

Além da estagiária de serviço social que realiza um acompanhamento sistemático e quinzenal, o grupo conta com a monitoria de uma estagiária de educação física, do Projeto Organização e Apoio às Práticas Educativas, Culturais e de Lazer para a Terceira Idade, que realiza atividades físico-recreativas quinzenalmente, e uma professora de trabalhos manuais contratada pela Fundação Franklin Cascaes, semanalmente, visto que os idosos, desde o início, se mostraram interessados em confeccionar trabalhos manuais, mas tinham poucas ou nenhuma habilidade para desenvolvê-los.

O grupo está debatendo, em conjunto com o serviço social, a elaboração do Regimento Interno, que representa um crescimento para os idosos e uma necessidade para o grupo ter sua autonomia, pois estão discutindo a

normas do funcionamento interno do grupo. Está prevista para este ano a discussão sobre a importância de ser realizada uma eleição da Diretoria / Coordenação do Grupo, uma vez que há necessidade do grupo ter uma pessoa que represente e organize o grupo, pois estas funções, atualmente, estão sob responsabilidade da estagiária de serviço social. Um dos princípios assumidos pelo Programa de Atenção à Terceira Idade é tornar o Grupo de Idosos Esperança, assim como todos os outros, independente, com vida própria.

Pelo fato de estar situado em uma área que detém maior concentração de famílias em situação de pobreza, precariedade de infra-estrutura urbana, incremento de problemas sociais, como desemprego, e com áreas de risco, o grupo de idosos Esperança possui algumas limitações como a dificuldade de fazer passeios, e até mesmo de participar das atividades desenvolvidas pelo Programa de Atenção à Terceira Idade, visto que muitas idosas precisam cuidar dos netos para os filhos poderem trabalhar, ou não tem condições de se locomover até o centro de Florianópolis, onde são realizadas as atividades voltadas para os idosos de todos os grupos vinculados.

Para suprir algumas necessidades, como compra de material permanente (agulhas, tesouras) ou a realização de festas de confraternização, o grupo realiza bazares na própria comunidade para arrecadar recursos e expõe seus trabalhos no Box da AFLOV (Associação Florianopolitana de Voluntárias), situado no Camelódromo de Florianópolis.

3. O SERVIÇO SOCIAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

O Serviço Social caracteriza-se por ser um processo pedagógico, que procura tornar o homem capaz de ser sujeito do seu processo de desenvolvimento, tornando-o apto a fazer suas escolhas e tomar decisões.

Ao nos reportarmos a GENTILLI (1998, p. 39),

verifica-se que o serviço social é uma especialidade profissional que tem como função principal (mas não única), a execução de programas de políticas sociais¹, em organismos governamentais e não-governamentais, destinados aos extratos mais pobres das camadas trabalhadoras. Por contingências da divisão sócio-técnica do trabalho, cabe ao serviço social realizar atendimentos diversos em organizações públicas ou privadas, que podem se vincular ao Estado propriamente (como é o caso de Secretarias de Ação Social de Estados e de Municípios); a organismos de classe trabalhadora (como sindicatos); a entidades patronais (como o serviço social da Indústria) e, mais recentemente, a organizações públicas, porém não estatais, como é o caso das Organizações Não-Governamentais.

O fazer profissional é visto como a “atividade do assistente social na relação com o usuário, os empregados e os demais profissionais” (IAMAMOTO, 2001, p. 94). Suas ações afetam diretamente na vida dos usuários dos serviços, nos mais variados campos de atuação dos assistentes sociais.

¹ GENTILLI (1998, p. 79) expõe que política social é uma expressão tradicionalmente consagrada como referente a ações governamentais dos Estados modernos tendo em vista atender à redução das conseqüências da pobreza em diversas áreas de serviços como educação, saúde, habitação, previdência, etc. Estas ações visam equacionar em alguns casos, ou minimizar em outros, - no âmbito da política geral dos governos -, as questões da equidade social.

Segundo FRANCISCO E CARDOSO (1995, p. 5 – 7), a preocupação teórica do processo de trabalho no interior da tradição marxiana está ligada às análises do processo de produção capitalista, isso, pois que, para Marx, o processo de trabalho é o espaço no qual ocorre a interação do homem com o mundo natural.

Neste sentido, “o serviço social constitui-se num processo de trabalho particular e o assistente social, num trabalhador que se insere nas relações sociais da sociedade capitalista, como mercadoria e força de trabalho” (GENTILLI, p. 23).

Para analisar o processo de trabalho do assistente social é imprescindível contemplar quais são os objetos² que envolvem a prática profissional, qual é o conteúdo da atividade do serviço social, quais os instrumentos utilizados e seus significados, qual o resultado do seu processo de trabalho e como o mesmo pode ser aferido, considerar ainda os elementos externos, as dimensões e formas de exercício do controle que perpassam seu trabalho (Francisco e Cardoso, 1995, p. 8), ou seja, o processo de trabalho elege um objeto, que se transforma e acaba gerando um produto.

Segundo GENTILLI (1998, p. 21),

o processo de trabalho do serviço social organiza-se estruturalmente a partir de atividades sociais que permeiam e circunscrevem os objetos de atuação, o processo de produção social da profissão (decorrente de um saber específico) e dos produtos configurados por este processo de trabalho (corpóreos e incorpóreos) em atendimento a demandas postas socialmente, seja por reconhecimento ou por produção das necessidades humanas.

² Segundo GENTILLI (1998, p. 25), objeto profissional, no seu sentido genérico, é todo o âmbito de processamento e operacionalização das políticas sociais organizadas como bens e serviços coletivos e transferências sociais destinadas ao consumo daquelas populações precariamente inseridas ou efetivamente excluídas dos mercados de bens, serviços e de trabalho.

Ainda segundo GENTILLI (1998, p. 25), "o processo de trabalho é configurado por todo fazer profissional que abrange metodologias, utilização de arsenal técnico da profissão, estabelecimentos de diretrizes de ação, de comunicação e de prestação de serviços aos usuários".

Fundamentando-se nessas considerações, é possível afirmar que o campo de atuação do assistente social é muito amplo e, no espaço governamental, o serviço social se estende às políticas sociais nas áreas da assistência, previdência, relações de trabalho, habilitação em programas de atendimento à infância, adolescência e ao idoso (GENTILLI, 1998, p. 42), executando programas e políticas públicas.

A partir das exposições sobre o serviço social, os processos de trabalho do assistente social e a experiência vivida durante o período de estágio pode-se definir como o objeto de intervenção da estagiária, no Programa de Atenção à Terceira Idade, a assessoria aos grupos de convivência Sempre Unidos, Vó Itelvina e Esperança, visando colaborar diretamente na organização interna do grupo e na mediação de conflitos; apresentar e planejar, em conjunto com o grupo, possíveis soluções para as demandas sociais do idoso; participar da organização de atividades de lazer e encontros intergrupais que visem o aprimoramento sócio-cultural dos idosos e o conhecimento de outras realidades culturais, econômicas e sociais; exercitar os princípios de democracia e participação do idoso; colaborar para que o idoso possa construir e assimilar novos valores e o acompanhamento da vida moderna; contribuir para que o idoso continue vivendo no meio familiar.

Como conteúdo das atividades do serviço social em grupos de convivência, encontramos atribuições como assessoria / consultoria e planejamento / gestão, as quais o assistente social colabora diretamente na organização interna do grupo, na mediação de conflitos, no planejamento e organização de atividades recreativas, de lazer e sócio-educativas, entre outras.

Os instrumentos utilizados são reuniões quinzenais com os grupos de convivência, discutindo assuntos internos do grupo; planejamento das atividades, a fim de delinear as ações e avaliar resultados; relatório das reuniões com os grupos, destacando os aspectos importantes que se sucederam no decorrer da reunião; reuniões semanais com a equipe executora e coordenação, a fim de trocar experiência e avaliar as ações dos técnicos do Programa de Atenção à Terceira Idade; conversas que proporcionam um melhor conhecimento do grupo, além de estreitar laços e aumentar a confiança dos idosos; avaliação do trabalho desenvolvido com grupos.

No trabalho com os grupos deve ser levada em conta a diferença entre cada um, como região e situação sócio-econômica. Vejamos o grupo de idosos Sempre Unidos, da comunidade Tapera. Está vinculado ao Programa de Atenção à Terceira Idade há 10 anos. Tem uma organização interna e um ritmo próprio. No início do período de estágio o grupo passava as tardes de quintas-feiras jogando bingo e alguns participantes não consideravam a intervenção da estagiária importante, considerando que "atrapalhava" o horário de jogo, afinal o grupo tinha sua dinâmica. Foram realizadas várias discussões sobre o assunto, nas quais foi abordada a importância da realização dos trabalhos manuais no grupo, como um dos objetivos do Projeto Assessoria aos Grupos para a Terceira Idade, ou seja, investir nas potencialidades dos idosos, através de atividades artístico-culturais, físico-recreativas e reflexivas, permitindo a expressão de seus sentimentos e o resgate de seus valores culturais, além de avaliar se todos têm condições financeiras de participar dos bingos, pois há necessidade de cada participante levar um brinde e comprar cartelas para o sorteio, sempre que este for realizado; e ainda informar-lhes sobre os benefícios que os trabalhos manuais trazem, como estímulo à concentração, raciocínio e coordenação motora fina (mãos e dedos).

Um fato relevante é que no ano de 2001, sempre que a estagiária colocava na pauta as discussões a respeito de trabalhos manuais, apenas a presidente do grupo falava por todos. Porém, no dia 06 de dezembro do mesmo ano, foi realizada uma avaliação das atividades, e no momento em que se discorreu sobre o item trabalhos manuais, a Senhora ♥³ falou:

- Os trabalho manuais não estão sendo feitos no grupo porque só tem bingo toda semana.

A partir de sua colocação, uma discussão surgiu envolvendo todos os participantes do grupo, pois algumas senhoras apoiaram a Senhora ♥, dizendo que gostariam de fazer trabalhos manuais e até aprender outras modalidades, enquanto outras Senhoras tentaram explicar-se, uma vez que tinham informado a estagiária, anteriormente, que as integrantes estavam fazendo as atividades de maneira alternada, conforme o que havia sido combinado em outro momento: uma semana bingo e na seguinte, após as aulas do estagiário de educação física, trabalhos manuais, ou seja, foi firmado um acordo que visava contentar a todos, mas não foi cumprido e, naquele momento, todos estavam tomando conhecimento dos fatos.

Os argumentos utilizados foram: se não tiver bingos semanais, o grupo não tem condições de realizar passeios, também que algumas idosas não sabem o suficiente para ensinar as outras. No momento foram discutidas outras formas de arrecadar dinheiro como: bingos comunitários, rifas e bailes. Foi uma ocasião de grande participação e discussão, envolvendo todos os participantes, a qual puderam expor suas opiniões e anseios.

Portanto, percebeu-se a insatisfação de alguns participantes, que não tinha sido identificada pela diretoria do grupo, mas que em 2002 passou a ser levada em consideração, pois o grupo está trabalhando quinzenalmente e

³ Neste trabalho serão utilizados símbolos para representar o nome de algumas idosas.

recebendo auxílio de duas voluntárias, que ensinam e acompanham o aprendizado delas.

O grupo de idosos Vó Itelvina, da comunidade do Rio Vermelho é um grupo com muitos compromissos, pois sempre tem atividades com profissionais como agentes de saúde, fazendo medição da pressão arterial, glicemia, ou palestrantes informando-os sobre assuntos como AIDS ou alimentação saudável. Essas atividades programadas pelos idosos não deixam muito espaço para a intervenção do serviço social. Assim, exigiu da estagiária habilidades e estratégias para, na medida do interesse do grupo, incluir temas de discussão, como por exemplo, modificações no Regimento Interno, que proporcionaria ao grupo maior organicidade, uma vez que observou-se a discórdia de algumas informações, como mensalidade e prestação de contas.

Este grupo valoriza a presença do profissional da Prefeitura Municipal de Florianópolis entre eles, embora desconsidere, em alguns momentos, as propostas de trabalho. Isso é perceptível no acontecimento relacionado à leitura final do Regimento do Grupo, momento em que a assistente social da Prefeitura e a estagiária estavam discutindo algumas alterações, quando, no item que tratava sobre a prestação de contas, definiu-se a realização trimestral, o que não foi cumprido posteriormente. O fato é que o tesoureiro do grupo desrespeitou a discussão e a fez semestralmente, mesmo desagradando grande parte dos integrantes do grupo.

Um episódio que vale ressaltar no grupo de idosos Vó Itelvina é que os integrantes buscam mudanças e crescimento, mas quando tem oportunidade de mudar, demonstram resistência. Um exemplo são as eleições: realizadas a cada dois anos e, no entanto, alguns cargos parecem ser vitalícios, passam-se anos e algumas pessoas sempre permanecem na diretoria. Acredita-se que isso se deve ao medo de prejudicar amizades e porque existem fortes laços de parentescos no grupo (cunhados, irmãos, compadres).

Então são questões como essas que mostram “como o fazer profissional envolve ações que afetam imediatamente a vida de todos, particularmente a dos usuários dos serviços nos quais os assistentes sociais atuam” (GENTILLI, 1998, p. 14)

Cabe salientar ainda o trabalho desenvolvido junto ao Grupo de Idoso Esperança, do Bairro Monte Cristo, que surgiu a partir da iniciativa, principalmente, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme o que foi citado anteriormente, na caracterização do grupo. Este possui limitações que os outros grupos atendidos pelo Programa de Atenção à Terceira Idade não possuem. Um exemplo é a sua localização. Está situado em região carente, formado pelas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, onde o poder aquisitivo é extremamente baixo e possui um altíssimo grau de violência. Esses fatores foram determinantes para compreender como é o grupo e o trabalho a ser desenvolvido nele.

Foi plausível a troca proporcionada entre a estagiária de serviço social e esse grupo, pois ao mesmo tempo em que foi necessário rever conceitos, se adaptar à realidade dos participantes do grupo, que tem características distintas dos demais grupos tradicionalmente atendidos pelo Programa, o grupo teve a oportunidade de aprender e conhecer outras realidades, através das atividades que o Programa de Atenção à Terceira Idade oferece ou organiza em conjunto com os idosos.

Um exemplo é o bazar, realizado no dia 15 de dezembro de 2001. O evento foi muito importante para as idosas perceberem que sua realização iria beneficiá-las. Foi um desafio para muitas, que não tinham nenhuma noção de como consistia a atividade. O depoimento da Senhora ☼ mostra como foi desafiante:

- *Julie, eu vou ajudar vocês a organizarem tudo, dobrar, passar e empacotar os trabalhos, porém não vou poder comparecer no sábado.*

Quando foi perguntado o motivo, sua resposta foi a seguinte:

- *É que eu não fiz muita coisa (trabalhos), pois faltou tempo. Eu ficava até tarde bordando, mas não deu para fazer mais. Então eu vou deixar os meus para as irmãs venderem por mim.*

Assim, compreendeu-se quanto à necessidade de explicar-lhes que, num bazar, tudo é vendido coletivamente e os lucros são revertidos para todos, sem individualismo, pois todas trabalharam na confecção, cada uma colaborando de acordo com suas possibilidades e o bazar é mais uma atividade que o grupo pode desenvolver.

Vale ressaltar que a discussão e participação de todas nas ações e decisões do grupo são de extrema relevância, uma vez que são elas conhecem suas próprias necessidades. Por exemplo, o dinheiro arrecadado com o Bazar. As integrantes decidiram, com o auxílio do serviço social, que parte do lucro seria distribuído a cada uma delas...

- *...para comprar umas "coisinhas" para a casa, já que é final de ano e a gente quer ter um pouco mais para oferecer à família. (Senhora 😊).*

e o restante ficaria como reserva, para eventuais necessidades. A partir daquele momento tornou-se mais claro para elas que o grupo pertencia-lhes e ninguém estava ali para explorá-las.

- *No outro grupo que eu e algumas irmãs participávamos, nós nunca ganhamos nada, nem dinheiro, nem toalhinha. Aqui é diferente. (Senhora 🌸)*

A partir de então, tornou-se mais claro que se tratava de um grupo com características bem distintas e determinantes para a atuação profissional. Devido

à situação sócio-econômica, algumas senhoras nunca tinham visitado o Centro de Florianópolis. Isso é compreensível através do depoimento de algumas Senhoras:

- *É muito bom nós irmos às reuniões no Centro, porque a gente vê como os grupo são organizados. É possível aprender muita coisa com eles.* (Senhora ☀)
- *Você sabe, minha filha, que eu nunca tinha atravessado a ponte antes. Não sabia como era o Centro. É que a gente tem pouca condição para pagar ônibus e acaba ficando por aqui. Mas é muito bonito lá.* (Senhora †)

O grupo de idosos Esperança, através da articulação entre as integrantes e o serviço social da P.M.F., poderá se tornar mais estruturado e autônomo como o Vó Itelvina e o Sempre Unidos. O primeiro passo (a criação) já foi dado, o segundo, já está se encaminhando, ou seja, a formação de uma diretoria ou coordenação que represente o grupo.

Para as integrantes do grupo de idosos Esperança, percebe-se que a sua implantação foi de suma importância, como se pode intuir através das falas de algumas delas:

- *Minha filha, eu trabalhei a vida inteira na roça, segurando a inchada, carpindo para ajudar a família, mas hoje eu estou aqui, aprendendo isso (crochê). Não está tão bom, mas eu estou tentando.* (Senhora ☆)
- *Antes eu ficava só em casa cuidando dos netos, e agora venho para cá aprender e conversar com as irmãs. É muito bom, pois a gente faz amizades, contar caso, lembra da vida e se ajuda como pode...* (Senhora ☺)
- *O grupo é um momento que temos só para nós, sem precisar se preocupar em dar comida ou banho nos filhos das nossas filhas, que precisam trabalhar e não tem com quem deixar as crianças.* (Senhora ☺)
- *Eu já disse lá em casa que eu cuido dos netos, mas nas segundas-feiras a tarde minha. Não abro mão de vir para as reuniões.* (Senhora ☀)

Destarte, com o passar do tempo e o convívio nos grupos de convivência foi possível perceber a importância e o significado do grupo na vida dos idosos, através do afloramento de várias demandas como a busca de direitos sociais e cidadania, combate ao analfabetismo, promoção de atividades de lazer (bailes, bingos, viagens, entre outros), esclarecimentos sobre o papel do voluntário no grupo, sobre o processo de envelhecimento, e do processo político envolvendo o cidadão e a Política Nacional do Idoso, entre outras questões que emergiam durante os encontros no grupo, proporcionando-lhes oportunidades de participar, capacidade de tomarem decisões, aprenderem, refletirem e exporem seus pensamentos, transformando assim suas próprias vidas.

Rudio (Apud, SACHET, 1999, p. 60) expõe que a participação das idosas nos grupos de convivência é um

(...) processo pelo qual o indivíduo efetiva as suas potencialidades transformando-as em poder pessoal, em benefício de si e dos outros seres humanos. A atitude mais fundamental da vida é sentir-se a si mesmo como uma obra que não foi acabada e que recebe, da existência, a responsabilidade primordial, pois não há outra mais importante na sua vida que a de terminá-la através do processo de auto-realização.

Esses grupos podem ser entendidos como uma alternativa ao idoso na satisfação de suas necessidades efetivas, de socialização, de lazer e de atualização dos fatos e acontecimentos sociais e econômicos.

Portanto, com base no exposto, pode-se perceber que o assistente social contribui na intervenção das relações sociais estabelecidas e na formação da consciência crítico-reflexiva, tornando os idosos sujeitos mais conscientes e ativos, onde ele seja um multiplicador das questões afetas ao processo de envelhecimento, a participação social e a cidadania do idoso. Percebemos ainda que estes se mostram interessados em tratar das questões sociais que envolvem esse segmento da sociedade, contribuindo para uma nova forma de interpretar a terceira idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo não teve a pretensão de delinear conclusões definitivas, por se tratar de um processo ainda em construção, e desenvolvido por constantes transformações. O objetivo consistia em analisar o trabalho do assistente social em grupos de convivência para a terceira idade vinculados ao Programa de Atenção à Terceira Idade da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Paralelamente, analisamos teorias sobre grupos, terceira idade e os processos de trabalho do assistente social.

Assim, chega-se à parte final deste estudo com a intenção de se pautar algumas considerações a partir de reflexões desencadeadas no decorrer da construção do trabalho.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, como instituição pública de caráter governamental, realiza serviços assistenciais por meio da aplicação de verbas orçamentais destinadas a este fim.

A Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, com suas respectivas Gerências, Divisões, Programas e Projetos tenta promover o bem-estar de seus munícipes através da prestação de serviços de assistência social.

Dentre os Programas figura o Programa de Atenção à Terceira Idade, no qual foi realizado o estágio. Este Programa abrange 29 grupos de convivência

para a terceira idade localizados, em sua maioria, na região insular, e tem como objetivo proporcionar à população idosa de Florianópolis espaços de convívio, aprendizagem e lazer, contribuindo para a sua conscientização, estimulando o idoso a participar de todas as etapas de sua vida como cidadãos.

Para compreender melhor sobre grupos de convivência para a terceira idade, estudaram-se teorias sobre grupos, dando ênfase a Zimerman e Osório, que permitiram conceituar os grupos de convivência para a terceira idade como grupos operativos, uma vez que visam capacitar o idoso para ser sujeito de seu processo de envelhecimento.

Sentiu-se a necessidade de um estudo a respeito do papel do assistente social, bem como sobre seu processo de trabalho, pois o assistente social trabalha no âmbito das reproduções sociais, e para que esse processo seja desencadeado é necessário identificar o objeto de intervenção, os objetivos e finalidades, a partir das demandas percebidas na prática cotidiana. Deste modo, há necessidade de ir além da prática burocratizada e mecanicista, a fim de assumir um maior comprometimento com a profissão e com os usuários oferecendo-lhes um serviço de melhor qualidade. E para isso se concretizar é de fundamental importância que o profissional esteja em constante aprendizado, pois a sociedade está em constante transformação e novos paradigmas surgem a cada momento.

Todavia, a metodologia de trabalho que vem sendo implementada com os idosos, configurada como um processo de assessoria e supervisão, possibilita a capacitação dos idosos para discussões inerentes ao processo de envelhecimento, participação social e cidadania, que geram uma melhoria na qualidade de vida desses idosos, além da manutenção de sua autonomia, adquirida a partir dos 21 anos, mas que, algumas vezes, é esquecida.

Sendo assim, acredita-se que a organização de projetos como este são instrumentos que viabilizam uma velhice mais saudável, autônoma e independente. Mas vale ressaltar que o respeito às necessidades dos grupos deve ser considerada e não apenas a imposição de ações que nós, profissionais, julgamos as mais adequadas ou importantes para o crescimento do grupo.

Percebe-se o crescimento a partir do momento em que os grupos passam a caminhar sozinhos e resistir às intervenções dos assistentes sociais na organização interna, salvo quando há necessidade de mediar possíveis conflitos.

Além de uma luta política de atendimento ao idoso, deve-se também procurar um caminho do exercício da cidadania que leva a postura do homem à supremacia.

REFERÊNCIAS

Anais do I Seminário Internacional: **Envelhecimento Populacional**. Brasília, 1996.

ARAÚJO, M. C. **São João do Rio Vermelho despertado para o desenvolvimento da comunidade**. TCC. Florianópolis, 1970.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 3ª ed. Atlas: 1995.

Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. CFESS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Rideel, 2000.

COSTA, E. M. S. **Gerontodrama: a velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade**. São Paulo: Ágora, 1998.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948

GENTILLI, R. M. L. **Representações e Prática: identidade e processo de trabalho no serviço social**. São Paulo: Veras, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Processo de Trabalho**. 1996

_____. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEI N. 8.842, de 04 de Janeiro de 1994. POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 1998.

LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Congresso Nacional, 1993.

MAZO, G. Z. **Atividade física e o idoso: concepção gerontológica.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro.** 22ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

MORAES, A. **A visão de cidadania das usuárias do Projeto de Assistência Sócio-Emergencial da PMF.** TCC. Florianópolis, 2000.

MORGAN, G. **Imagens da Organização.** Tradução: Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

NETO, D. F. M. **Curso de Direito Administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial.** 3ª ed. São Paulo: Forense, 1976.

OSÓRIO, L. C. **Grupos: teorias e práticas – acessando a era da grupalidade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. **Grupoterapia Hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

PLANO DE TRABALHO, 1997.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social - 2000 e 2001.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Secretaria Municipal da Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social – 2002 - 2005

PICHON – RIVI'ERE, H. **O Processo Grupal**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SACHET, I. B. B. **Os grupos de convivência e suas potencialidades enquanto instrumentos de participação do idoso**. Monografia para obtenção de especialista em Gerontologia. Florianópolis, 1999.

SILVA, L. L. da. **Uma história de luta pela política pública de Assistência Social**. TCC. Florianópolis, 1998.

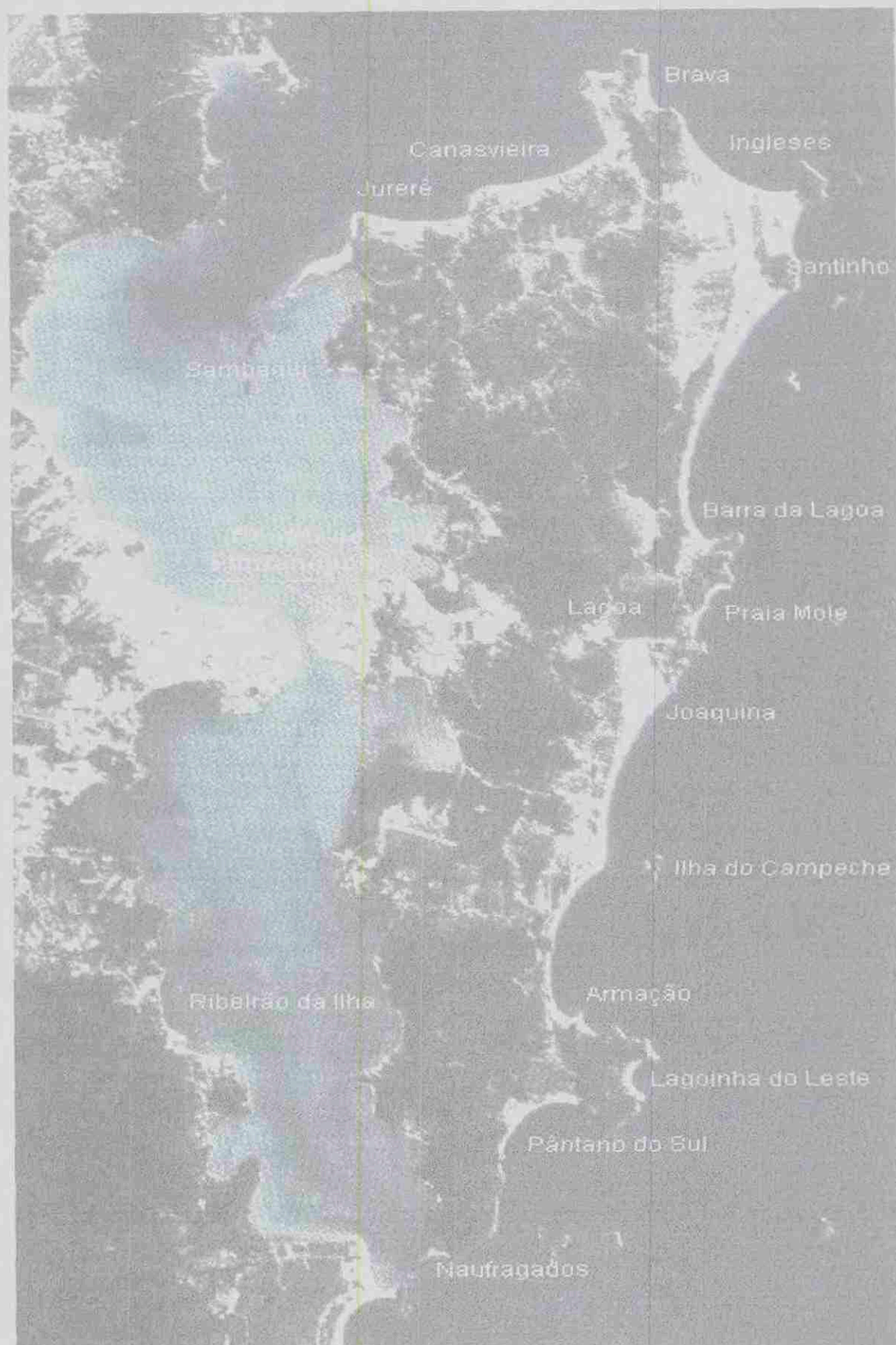
STEIN, R. H. **Descentralização e Assistência Social**. In: Caderno ABONG / CNAS. São Paulo, Abong, nº 20, p. 05-20, out. 1997.

RODRIGUES, N. C. **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia Social**. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

ZIMERMAN, D. E., Osório, L. C. **Como Trabalhamos com Grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ANEXOS

Mapa de Florianópolis





Grupo de Idosos Esperança – Pátio do Prédio Chico Mendes



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

LEI Nº 5371/98

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, faz saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei,

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º. - Nos termos da **Lei Federal Nº. 8.842/94**, de 04 de janeiro de 1994, a **Política Municipal do Idoso** tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade.

Art. 2º. - Considera-se idoso, para efeito desta Lei, a pessoa com idade superior a 60 anos.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Seção I Dos Princípios



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

Art. 3º. - A *Política Municipal do Idoso* reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - a família, a comunidade e os poderes municipais constituídos têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à toda comunidade Florianopolitana, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, culturais e o respeito às tradições dos vários segmentos da sociedade florianopolitana deverão ser observadas pelos poderes públicos municipais e pela comunidade na aplicação desta Lei.

Seção II Das Diretrizes

Art. 4º. - A *Política Municipal do Idoso*, no desenvolvimento de suas ações, terá como base as seguintes diretrizes:

- I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;

IV - descentralização político-administrativa;

V - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

VI - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada secretaria do governo municipal;

VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre o exercício da cidadania e os aspectos bio-psico-sociais do envelhecimento;

VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos municipais e privados, prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;

IX - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento, inclusive quanto aos aspectos preventivos, visando melhoria qualitativa da vida do idoso.

Parágrafo Único: É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica, ou enfermagem, em instituições asilares de caráter social.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Seção I Das Ações do Governo Municipal

Art. 5º. - Ao Município, através da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, a qual é responsável pela coordenação da Assistência Social no âmbito municipal, compete:



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

- I - A coordenação geral da *Política Municipal do Idoso*, com a participação do Conselho Municipal do Idoso;
- II - participar da formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da *Política Municipal do Idoso*;
- III - executar as ações na área do Idoso;
- IV - elaborar o diagnóstico da realidade do idoso no Município, visando subsidiar a elaboração do plano de ação;
- V - coordenar e elaborar o **“Plano de Ação Governamental Integrado para a implementação da Política Municipal do Idoso”** e a proposta orçamentária em conjunto com as demais secretarias, responsáveis pelas políticas da Saúde, Assistência Social, Educação, Trabalho, Habitação, Urbanismo, Justiça, Esporte, Cultura e Lazer;
- VI - encaminhar o “Plano Governamental Integrado para a Implantação da Política Municipal do Idoso” ao Conselho Municipal do Idoso para deliberação e posteriormente para composição do Plano Municipal de Assistência Social desta secretaria;
- VII - encaminhar para apreciação do Conselho Municipal do Idoso os relatórios semestrais e anuais de atividades e realização financeira dos recursos destinados ao idoso;
- VIII - prestar assessoramento técnico às Entidades e organizações de atendimento no município, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Municipal do Idoso;
- IX- formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos na área do idoso;
- X- garantir o assessoramento técnico ao Conselho Municipal do Idoso, bem como a órgãos municipais e entidades não governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei nº. 8.842/94, de 04 de janeiro de 1994;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

XI - articular-se com as Secretarias Estaduais e órgãos Federais, responsáveis pelas políticas de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Habitação, Justiça, Cultura, Educação, Esporte e Lazer e Urbanismo, visando a implementação da *Política Municipal do Idoso*;

XII - prestar apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo e pesquisas na área do idoso;

XIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de atendimento ao idoso no município;

XIV - criar *banco de dados* na área do idoso.

Art. 6º. - Para a implementação da *Política Municipal do Idoso* compete às Secretarias:

I - Na área da Assistência Social

a) Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais;

b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimento domiciliares e outros;

c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;

d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso no âmbito do município;

e) promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso.

II - Na Área de Saúde:

a) Garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do **Sistema Único de Saúde**;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

- b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso mediante programas e medidas profiláticas;
- c) adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde;
- d) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares;
- e) desenvolver formas de cooperação com a Secretaria de Saúde do Estado e do Município e com os Centros de Referência em Geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;
- f) incluir a Geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos municipais;
- g) realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;
- h) criar serviços alternativos de saúde para o idoso.

III - Na área de Educação

- a) Adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- d) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

IV - Na área do Trabalho:

- a) Garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
- b) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado, com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento.

V - Na área de Habitação e Urbanismo:

- a) Destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;
- b) incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção;
- c) elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;
- d) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas.

VI - Na área da Justiça:

- a) Promover e defender os direitos da pessoa idosa;
- b) zelar pela aplicação das normas sobre o idoso, determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos.

VII - Na área de Cultura, Esporte e Lazer:

- a) Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito municipal;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL

Seção I Da Natureza e Objetivo

Art. 7º. - Fica criado o Conselho Municipal do Idoso - CMI, órgão colegiado permanente, do sistema descentralizado e participativo da *Política do Idoso do Município de Florianópolis*, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre o governo e sociedade civil, observado o disposto no Art. VI da Lei 8.842/94.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis é vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, ou seja, o órgão responsável pela Assistência Social do Município, o qual coordenará a *Política Municipal do Idoso* com a participação do Conselho.

Seção II Da Competência

Art. 8º. - Competirá ao Conselho Municipal do Idoso - CMI,

- I - elaborar e aprovar seu regimento interno;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

II - propor e aprovar a elaboração de diagnóstico da população idosa no município, sob os aspectos biopsicossociais, político, econômico e cultural, no âmbito municipal;

III - formular, acompanhar e fiscalizar a política municipal do idoso a partir de estudos e pesquisas que levem em conta a sua inter-relação com o sistema social vigente;

IV - propor e aprovar projetos de acordo com a *Política Municipal do Idoso*;

V - deliberar sobre a adequação de projetos municipais de interesse do idoso;

VI - participar da elaboração das propostas orçamentárias das secretarias do governo municipal, visando a preservação dos recursos vinculados aos planos, programas e projetos da implementação da *Política Municipal do Idoso*, bem como a destinação de recursos para a implementação de novos planos, programas e projetos;

VII - deliberar, fiscalizar e avaliar a execução e aplicação dos recursos orçamentários destinados aos projetos decorrentes da aplicação da *Política Municipal do Idoso*;

VIII - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e incentivar a participação do idoso e de organizações representativas dos idosos na formulação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

IX - atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso na rede pública de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral e definição de programas preventivos;

X - acompanhar e avaliar as negociações de convênios e contratos afetos à área do idoso das organizações governamentais e não-governamentais e a efetiva aplicação dos recursos públicos municipais, estaduais e federais, controlando o desempenho das conveniadas;

XI - atuar na definição de alternativas para adequação dos currículos escolares da rede pública municipal aos conteúdos do processo de envelhecimento social;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

XII - promover, em parceria com o governo municipal, as articulações intra e inter-secretárias no âmbito municipal, estadual e federal necessárias à implementação da *Política Municipal do Idoso*;

XIII - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, pesquisas na área do idoso, no âmbito municipal;

XIV - convocar a cada dois anos o **Fórum Municipal do Idoso**, no qual serão eleitos os representantes do idoso e dos órgãos não governamentais ligados a atividades de interesse dos idosos para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI;

XV - promover articulação com os demais Conselhos Municipais, com o Conselho Estadual e Nacional, bem como órgãos não-governamentais que tenham atuação na área do idoso, visando a defesa e a garantia dos direitos dos idosos.

Seção III

Da Estrutura e Funcionamento

Art. 9º. - O Conselho Municipal do Idoso é composto de 16 (dezesseis) membros e respectivos suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre representantes paritários das Entidades governamentais e representante dos idosos, respeitando os seguintes critérios:

I - Oito representantes de entidades governamentais, sendo 4 (quatro) representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social, sendo 1 (um) da área da Saúde, 1 (um) da Assistência Social, 1 (um) da área do Trabalho e 1 (um) da área de Habitação; 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação; 2 (dois) representantes da Câmara Municipal de Florianópolis; e 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;

II - Oito representantes da Sociedade Civil organizada, entre estes: usuários e suas organizações, entidades prestadoras de serviços de Atendimento do Idoso, trabalhadores do setor, de órgãos de Capacitação Profissional na área do idoso e de representantes dos idosos (dos Grupos de Convivência de Idosos, sendo 1 representante da região central e 1 do continente) do Município de Florianópolis;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

III - Os representantes da sociedade civil serão eleitos em Foro próprio, em eleição a ser organizada no prazo máximo de 45 dias após a publicação desta Lei.

§ 1º. - Os membros do Conselho Municipal do Idoso - CMI - executarão mandato por dois anos, facultada a recondução.

§ 2º. - O Conselho Municipal do Idoso - CMI - será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º. - As funções dos membros do Conselho Municipal do Idoso não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho; reuniões de Comissões ou participação em diligências.

Art. 10. Somente será admitida a participação no **CMI** de Entidades juridicamente constituídas sem fins lucrativos e em regular funcionamento, considerando os seguintes critérios:

I - organização de usuários, as que, no âmbito municipal, congregam, representam e defendem os direitos e interesses dos idosos;

II - entidades prestadoras de serviços e organizações de assistência social de âmbito municipal, as que prestam, sem fins lucrativos, atendimento assistencial específico ou assessoramento aos beneficiários abrangidos por lei e órgão de capacitação profissional, as universidades que promovem a formação de trabalhadores na área de Assistência Social;

III - trabalhadores do setor, as entidades que representam as categorias profissionais, de âmbito municipal, com área de atuação específica no campo da assistência social ou defesa dos direitos da cidadania.

Art. 11 . - São órgãos do Conselho Municipal do Idoso - CMI:

- I - Plenário;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões;
- IV - Secretaria Executiva;



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

§ 1º. - O **Plenário** é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal do Idoso, CMI;

§ 2º. A **Mesa Diretora** do Conselho Municipal do Idoso - CMI, eleita pela maioria absoluta dos votos da assembleia geral para mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- I - Presidente, a quem cabe a representação do CMI;
- II - Vice-presidente;
- III - 1º. secretário;
- IV - 2º. secretário;

§ 3º. - As **Comissões** poderão ser integradas por entidades ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMI, sem direito a voto.

§ 4º. - À **Secretaria Executiva**, órgão de apoio técnico administrativo do CMI, composta no mínimo por um técnico e um assistente administrativo designado pelo Poder Executivo, especialmente convocados para o assessoramento permanente ou temporário do CMI, compete:

- I - manter cadastro atualizado das entidades e organizações de atendimento ao idoso do município;
- II - preparar e coordenar eventos promovidos pelo CMI relacionados à capacitação e atualização de recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços junto à Terceira Idade;
- III - fornecer elementos técnico-políticos para a análise do Plano Municipal do Idoso e da proposta orçamentária;
- IV - sugerir o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e controle da execução da *Política Municipal do Idoso*.

Art. 12 - Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos e materiais necessários à instalação e funcionamento do CMI e da Secretaria Executiva.

Art. 13 - Para o atendimento das despesas de manutenção e instalação do CMI, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a movimentar créditos dentro do orçamento, no presente exercício, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

Art. 14 - O Conselho Municipal do Idoso - CMI, no prazo de 30 (trinta) dias da nomeação de seus membros, elaborará e aprovará o seu Regimento Interno por maioria absoluta e submeterá ao Prefeito Municipal para homologação por Decreto.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15 - Os recursos financeiros necessários à implantação ou execução das ações afetas às áreas de Saúde, Assistência Social, Educação, Trabalho, Justiça, Habitação, Urbanismo, e Cultura, Esporte e Lazer, serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 16 - O Município, por intermédio da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 17 - O 1º. Presidente do CMI será eleito após a promulgação de seu Regimento Interno.

Art. 18 - Qualquer alteração posterior a aprovação do Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do Conselho e da aprovação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19 - A posse dos primeiros membros do CMI dar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da presente Lei.

Art. 20 - Esta Lei terá vigência na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 24 de setembro de 1998.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
Prefeita da Cidade de Florianópolis